



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001-B/DAFC/2026

CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA AUTORIZADA PELA SUSEP PARA A EMISSÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AERONÁUTICO PERANTE TERCEIROS DESTINADA À COBERTURA DOS RISCOS INERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DESENVOLVIDOS PELA NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.



Autenticado digitalmente por FERNANDO ANTONIO DE SOUZA FERREIRA JUNIOR.
Documento Nº: 578850.3462890-4165 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=578850.3462890-4165>



SDDPO202600526

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETO.....	4
3. IMPORTÂNCIA SEGURADA	5
4. COBERTURA EXIGIDA.....	6
5. DESCRIÇÃO DOS RISCOS E RESPONSABILIDADES	11
6. INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DE SINISTRALIDADE DOS ÚLTIMOS ANOS	12
7. FRANQUIA DEDUTÍVEL	13
8. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS	13
9. CANCELAMENTO DA APÓLICE	15
10. ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA OPERACIONAL COBERTA	15
11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (SEGURADORA)	16
12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (SEGURADA)	19
13. FISCALIZAÇÃO	20
14. PAGAMENTO DO PRÊMIO	21
15. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	23
16. REGIME DE EXECUÇÃO	23
17. VISITA TÉCNICA.....	23
18. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO	24
19. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	24
20. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	24
21. ALTERAÇÃO CONTRATUAL	24
22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA	25
23. RESCISÃO CONTRATUAL.....	25
24. MOEDA DE REFERÊNCIA E DA CONVERSÃO CAMBIAL.....	25
25. RENOVAÇÃO DA APÓLICE	26
26. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.....	26
27. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)	33
28. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	33
29. GARANTIA DA EXECUÇÃO	33
30. RESSEGURO	34
31. SUBCONTRATAÇÃO	35





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

32.	CONSÓRCIO	35
33.	COSSEGURO	35
34.	PRAZO DE VIGÊNCIA	36
35.	RETROATIVIDADE E DA EXTENSÃO TEMPORAL EXCEPCIONAL DA COBERTURA	37
36.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	37
37.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	39
38.	MATRIZ DE RISCOS DO CONTRATO.....	39
39.	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	40
40.	ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS	40
41.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	41
42.	ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.....	42
43.	DECLARAÇÃO DE COMPLETUDE	42
44.	DISPOSIÇÕES FINAIS	42
45.	ANEXOS	43
46.	RESPONSÁVEIS.....	44



1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência estabelece os requisitos mínimos, parâmetros técnicos e diretrizes a serem observados na contratação de SEGURADORA autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutico, em favor da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., doravante denominada SEGURADA.

1.2. A contratação visa prover cobertura securitária compatível com os riscos inerentes à prestação de serviços de navegação aérea desenvolvidos pela NAV Brasil, compreendendo, entre outros, os Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), de Telecomunicações Aeronáuticas (COM), de Meteorologia Aeronáutica (MET) e de Informações Aeronáuticas (AIS), conforme relação constante do ANEXO I deste Termo de Referência.

1.3. A presente contratação busca assegurar adequada transferência de risco ao mercado segurador, tendo em vista que a NAV Brasil, na qualidade de empresa pública prestadora de serviço público, encontra-se sob o regime de responsabilidade civil objetiva, bem como a eventos de baixa frequência e elevada severidade, potencialmente aptos a gerar danos materiais, corporais, morais e/ou estéticos a terceiros, inclusive em hipóteses de múltiplos legitimados ativos e ações regressivas.

1.4. O mercado segurador nacional costuma estruturar coberturas dessa natureza com base técnica próxima à modalidade de responsabilidade civil de Hangar/Operador ou Autoridade Aeroportuária. Ainda assim, a apólice a ser contratada deverá refletir, na maior medida do possível, a natureza jurídica e operacional da NAV Brasil como prestadora de serviços de navegação aérea, não se admitindo enquadramento securitário que limite ou restrinja a cobertura necessária.

2. OBJETO

2.1. Contratação de SEGURADORA autorizada pela SUSEP para a emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil aeronáutico perante terceiros, destinada à cobertura dos riscos inerentes à prestação de serviços de navegação aérea desenvolvidos pela NAV Brasil, nos termos, limites, condições, franquias, exclusões admitidas e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.2. A apólice de seguro aeronáutico pretendida deverá ser estruturada de modo a abranger, de forma compatível com o risco segurado, a responsabilidade civil decorrente de:

2.2.1. Atos, erros, omissões, falhas operacionais, falhas sistêmicas, falhas técnicas, falhas humanas ou eventos correlatos vinculados, direta ou indiretamente, aos Serviços de Navegação Aérea prestados pela NAV Brasil: Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), de Telecomunicações Aeronáuticas (COM), de Meteorologia Aeronáutica (MET) e de Informações Aeronáuticas (AIS);



2.2.2. Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas utilizados na navegação aérea sob responsabilidade da NAV Brasil; e

2.2.3. Eventos que resultem em danos materiais, morais, corporais e/ou estéticos causados a terceiros em decorrência das atividades técnico-operacionais realizadas pela NAV Brasil.

2.3. A apólice poderá adotar, como referência técnica de mercado, estrutura securitária compatível com a modalidade de Responsabilidade Civil de Operador/Autoridade Aeroportuária, desde que devidamente ajustada e complementada, por meio de extensões e/ou endossos, especialmente no que se refere às condições especiais, condições particulares e coberturas adicionais, de modo a assegurar a plena aderência ao risco específico da NAV Brasil, considerado o conjunto de suas atividades técnico-operacionais próprias de *Air Navigation Services Providers* (ANSP), relacionadas à prestação de serviços de navegação aérea, compreendendo (i) Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), (ii) Telecomunicações Aeronáuticas (COM), (iii) Meteorologia Aeronáutica (MET) e (iv) Informações Aeronáuticas (AIS), não sendo admitidas redações padronizadas que, por insuficiência, limitação ou inadequação, comprometam a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao objeto da contratação.

3. IMPORTÂNCIA SEGURADA

3.1. O Limite Máximo de Indenização (LMI) da apólice objeto da presente contratação fica estabelecido em US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), conforme deliberação do Conselho de Administração da NAV Brasil, adotada com fundamento no estudo técnico-atuarial elaborado por consultoria especializada contratada para essa finalidade.

3.2. O LMI de US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares norte-americanos) deverá ser observado como parâmetro obrigatório da contratação, não se admitindo proposta que contemple limite inferior ao definido pela NAV Brasil.

3.2.1. O LMI ora definido deverá ser entendido, para fins desta contratação, como Limite Único Combinado (LUC), correspondente ao valor máximo de responsabilidade da SEGURADORA por ocorrência/ofensa e no agregado anual, vedada a estipulação de sublimites que restrinjam, direta ou indiretamente, a cobertura prevista neste Termo de Referência, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas neste Termo de Referência.

3.3. A estrutura da cobertura deverá ser compatível com o LMI fixado, inclusive no que se refere à participação de cosseguradoras, resseguradoras e demais mecanismos de distribuição do risco, quando cabíveis, devendo a licitante comprovar a viabilidade da colocação securitária nos termos exigidos neste Termo de Referência.



3.4. Deverá ser prevista cobertura adicional para despesas de contenção e salvamento previstas no art. 67 da Lei nº 15.040/2024, com limite específico correspondente a 5% (cinco por cento) do Limite Máximo de Indenização (LMI), não se confundindo com a cobertura principal e não implicando ampliação do LMI contratado.

4. COBERTURA EXIGIDA

4.1. A apólice deverá ser emitida em regime de ocorrência (*occurrence-based*), de modo que a cobertura seja acionada em função da data do evento danoso, independentemente da data de apresentação da reclamação.

4.2. A cobertura da apólice a ser contratada deverá abranger, no mínimo, a responsabilidade civil aeronáutica da NAV Brasil por danos materiais, corporais, morais e/ou estéticos causados a terceiros, decorrentes de atos, erros, omissões, falhas operacionais, falhas sistêmicas, falhas técnicas, falhas humanas ou eventos correlatos vinculados, direta ou indiretamente, aos serviços de navegação aérea prestados pela NAV Brasil.

4.3. Deverão estar compreendidos no escopo da cobertura, no mínimo:

4.3.1. Atos, erros, omissões, falhas operacionais, falhas sistêmicas, falhas técnicas, falhas humanas ou eventos correlatos vinculados, direta ou indiretamente, aos serviços de navegação aérea prestados pela NAV Brasil: Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), Telecomunicações Aeronáuticas (COM), Meteorologia Aeronáutica (MET) e Informações Aeronáuticas (AIS), conforme relação constante do ANEXO I deste Termo de Referência;

4.3.2. Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas utilizados na navegação aérea sob responsabilidade da NAV Brasil;

4.3.3. Eventos que resultem em danos materiais, morais, corporais e/ou estéticos causados a terceiros em decorrência das atividades técnico-operacionais realizadas pela NAV Brasil; e

4.3.4. Atividades exercidas por terceiros, pessoas físicas e/ou jurídicas, que prestem serviços diretamente vinculados às atividades técnico-operacionais abrangidas pela apólice, especialmente aquelas relacionadas aos Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), Informações Aeronáuticas (AIS), Meteorologia Aeronáutica (MET), Telecomunicações Aeronáuticas (COM), bem como à operação, manutenção, suporte, supervisão e funcionamento de sistemas, equipamentos, instalações e infraestruturas associadas à navegação aérea.



4.3.5. Cobertura adicional para despesas com medidas de contenção ou de salvamento, destinadas ao reembolso das despesas incorridas pela NAV Brasil ou por terceiros por ela autorizados ou no seu interesse, com o objetivo de evitar a ocorrência de sinistro ou mitigar suas consequências, desde que relacionadas aos riscos cobertos pela apólice, incluindo medidas emergenciais, ações de contenção e iniciativas voltadas à redução de danos a terceiros, quando decorrentes das atividades de prestação de serviços de navegação aérea (ATS, MET, COM e AIS).

4.4. A apólice deverá observar, no mínimo, a seguinte arquitetura contratual:

4.4.1. Condições gerais;

4.4.2. Condições especiais;

4.4.3. Condições particulares;

4.4.4. Coberturas adicionais; e

4.4.5. Exclusões, quando cabíveis.

4.5. As **condições gerais** deverão disciplinar os aspectos estruturais do contrato de seguro, podendo ser adotada redação padronizada de produto registrado junto à SUSEP, desde que não contrarie, restrinja ou prejudique a aderência da cobertura securitária ao objeto desta contratação, devendo eventuais ajustes, ampliações ou complementações necessárias serem promovidos por meio das condições especiais, particulares e/ou coberturas adicionais da apólice, observada a prevalência das disposições mais específicas e aderentes ao risco segurado.

4.6. As condições gerais deverão contemplar, no mínimo:

4.6.1. Objeto do seguro;

4.6.2. Forma de contratação;

4.6.3. Riscos cobertos;

4.6.4. Vigência, renovação e regras de contratação;

4.6.5. Âmbito geográfico;

4.6.6. Obrigações da segurada e da seguradora;

4.6.7. Pagamento do prêmio;

4.6.8. Limites de responsabilidade, LMI e limite agregado;

4.6.9. Comprovação do evento coberto;

4.6.10. Defesa em juízo civil;



- 4.6.11. Documentos básicos para regulação;
- 4.6.12. Pagamento da indenização;
- 4.6.13. Reintegração de limites;
- 4.6.14. Recusa de indenização, sub-rogação, rescisão, cancelamento, perda de direitos, prescrição e foro;
- 4.6.15. Atualização de valores; e
- 4.6.16. Definições contratuais essenciais.

4.7. As **condições especiais** deverão estabelecer, de forma clara, expressa e tecnicamente aderente, a cobertura de responsabilidade civil aeronáutica aplicável às atividades técnico-operacionais da NAV Brasil, contemplando, no mínimo, os riscos inerentes à prestação de serviços de navegação aérea, conforme definidos neste Termo de Referência.

4.7.1. As referidas condições poderão ser estruturadas com base em modelos praticados pelo mercado segurador, desde que não contenham limitações, restrições ou inadequações que comprometam a efetiva cobertura dos riscos associados à atuação da NAV Brasil como provedora de serviços de navegação aérea (ANSP), devendo eventuais ajustes, ampliações ou complementações serem promovidos de modo a assegurar plena aderência ao objeto desta contratação.

4.8. As **condições especiais** deverão prever, no mínimo:

- 4.8.1. Danos materiais, corporais, morais e/ou estéticos causados a terceiros;
- 4.8.2. Responsabilidade civil aeronáutica decorrente da prestação de serviços de controle de tráfego aéreo e de navegação, incluindo Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), Telecomunicações Aeronáuticas (COM), Meteorologia Aeronáutica (MET) e Informações Aeronáuticas (AIS), conforme relação constante do ANEXO I deste Termo de Referência;
- 4.8.3. Responsabilidade dos órgãos ATS, AIS, MET e COM;
- 4.8.4. Responsabilidade decorrente da existência, manutenção, uso, supervisão e operação de instalações, sistemas e equipamentos vinculados à navegação aérea;
- 4.8.5. Responsabilidade por atos, falhas, erros e omissões de empregados, prepostos, agentes, contratados e terceiros a serviço da NAV Brasil, no exercício de atividades vinculadas ao risco segurado; e
- 4.8.6. Responsabilidade por falhas operacionais, falhas sistêmicas, indisponibilidades de infraestrutura ou defeitos funcionais de sistemas e equipamentos que possam gerar danos a terceiros.



4.9. Não serão admitidas, nas condições especiais, cláusulas que restrinjam a cobertura apenas a atividades típicas de Hangar/Operador ou Autoridade Aeroportuária, nem limitações automáticas ao chamado “lado ar”, uma vez que esse tipo de limitação não traduz adequadamente o risco da NAV Brasil.

4.10. As **condições particulares** deverão adequar, complementar e, quando necessário, modificar as condições gerais e especiais, de modo a assegurar, de forma clara e expressa, a plena aderência da cobertura securitária ao perfil de risco real e efetivo da NAV Brasil.

4.10.1. As referidas condições poderão estabelecer disposições específicas destinadas a ajustar, ampliar ou detalhar a cobertura contratada, prevalecendo, em caso de conflito, sobre as condições gerais e especiais, sempre que tais disposições forem mais favoráveis à efetiva cobertura dos riscos objeto desta contratação.

4.11. As condições particulares deverão prever, no mínimo:

4.11.1. LMI/LUC de acordo com o valor definido por este Termo de Referência;

4.11.2. Previsão de cobertura adicional para os seguintes custos legais e despesas correlatas, relacionados a risco coberto pela apólice, em adição ao Limite Máximo de Indenização (LMI), com limite específico de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos), não se confundindo com a cobertura principal e não implicando redução do LMI contratado, vedada a estipulação de limites inferiores ou a vinculação dessa cobertura a sublimites adicionais:

4.11.2.1. Honorários advocatícios;

4.11.2.2. Custas judiciais e administrativas;

4.11.2.3. Despesas com perícias, assistentes técnicos e produção de provas; e

4.11.2.4. Despesas necessárias à condução da defesa, inclusive aquelas não abrangidas pelos itens anteriores, em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

4.11.3. Local de risco em todo o território nacional, nos locais sob responsabilidade da NAV Brasil, conforme padrão da apólice atual;

4.11.4. A franquia aplicável à cobertura de danos materiais será de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares norte-americanos) por ocorrência, não sendo admitida a estipulação de valores superiores, e não será aplicável aos Serviços de Tráfego Aéreo (ATS); e

4.11.5. Demais extensões de responsabilidade civil aeronáutica própria dos prestadores de serviços de navegação aérea (ANSP – *Air Navigation Services Providers*).



4.12. As **coberturas adicionais** deverão contemplar, de forma expressa na apólice, as despesas emergenciais, de salvamento, contenção e as medidas mitigadoras de danos a terceiros decorrentes das atividades relacionadas à prestação de serviços de navegação aérea (ATS, MET, COM e AIS) pela NAV Brasil, em conformidade com o disposto no subitem 4.3.5 e observado o limite específico estabelecido no Capítulo 3 deste Termo de Referência.

4.12.1. As referidas coberturas deverão assegurar a adoção de medidas imediatas destinadas a evitar, reduzir ou mitigar a ocorrência ou agravamento de danos a terceiros, não podendo ser estruturadas de modo a restringir, inviabilizar ou esvaziar a efetividade da cobertura securitária, devendo estar compatíveis com a natureza e a materialidade do risco segurado.

4.13. Não serão admitidas **exclusões, limitações ou condicionantes** que, direta ou indiretamente, afastem, restrinjam ou esvaziem a cobertura securitária relativa aos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pela NAV Brasil, comprometendo a aderência da cobertura da apólice ao risco segurado.

4.14. Sem prejuízo do disposto no item anterior, não poderão constar da apólice disposições que afastem cobertura para:

4.14.1. Prestação de serviços de navegação aérea;

4.14.2. Operação de torre de controle;

4.14.3. Prestação de serviços de tráfego aéreo;

4.14.4. Falhas, erros e/ou omissões relacionadas aos serviços de navegação aérea;

4.14.5. Riscos inerentes aos serviços de ATS, AIS, MET e COM;

4.14.6. Falhas operacionais, sistêmicas e humanas associadas a ATS, AIS, MET e COM;

4.14.7. Danos materiais, corporais, morais e/ou estéticos decorrentes de eventos abrangidos pelo objeto do seguro; e

4.14.8. Qualquer outra exclusão incompatível com as necessidades da presente contratação.

4.15. Eventuais cláusulas relativas a TECA, capatazia, armazenagem de cargas, *fingers*, escadas rolantes, esteiras de bagagem, guarda de aeronaves em solo, hangaragem, manutenção aeronáutica, remoção de aeronaves e demais atividades tipicamente aeroportuárias ou de operador de hangar poderão constar da apólice desde que não comprometam, diminuam, restrinjam ou limitem a aderência da cobertura securitária ao risco real e efetivo da NAV Brasil objeto desta contratação.



4.16. A extensão territorial da cobertura deverá abranger, no mínimo, o território brasileiro, sem prejuízo de tratamento específico, nas condições contratuais, para hipóteses em que os efeitos do evento danoso ultrapassem a jurisdição nacional ou ensejem reclamações com reflexos internacionais.

4.17. A apólice deverá ser redigida de modo a contemplar a prestação de serviços de navegação aérea pela NAV Brasil em sua rede operacional, atualmente composta por 108 órgãos prestadores de serviços de navegação aérea, distribuídos em 44 aeródromos, além de estações e unidades técnicas associadas, conforme relação constante do ANEXO I deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DOS RISCOS E RESPONSABILIDADES

5.1. Para fins de estruturação da cobertura securitária, deverão ser considerados os riscos e responsabilidades civis decorrentes das atividades desenvolvidas pela NAV Brasil na prestação de serviços de navegação aérea, abrangendo, sem limitação indevida, os seguintes contextos operacionais:

5.1.1. A prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), inclusive atividades de Controle de Aproximação (APP), Torre de Controle de Aeródromo (TWR) e Serviço de Informação de Voo de Aeródromo (AFIS), sujeitas a riscos de baixa frequência e elevada severidade, conforme relação constante do ANEXO I deste Termo de Referência;

5.1.2. A prestação de Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas (COM), Meteorologia Aeronáutica (MET) e Informações Aeronáuticas (AIS), bem como a operação de centros, salas, estações e demais órgãos técnicos correlatos, conforme relação constante do ANEXO I deste Termo de Referência;

5.1.3. A operação, manutenção, conservação, disponibilidade, supervisão e funcionamento de infraestrutura, sistemas, auxílios, equipamentos, redes e demais recursos materiais empregados na navegação aérea sob responsabilidade da NAV Brasil;

5.1.4. Falhas operacionais, falhas humanas, falhas de coordenação, falhas de comunicação, falhas sistêmicas, indisponibilidade de infraestrutura e demais ocorrências aptas a impactar a segurança da operação aérea e gerar danos a terceiros;

5.1.5. Eventos relacionados a colisões em aproximação ou em solo, incursões em pista, falhas de coordenação de tráfego aéreo, indisponibilidade sistêmica de infraestrutura ou de sistemas de navegação, comunicação e telecomunicação, bem como outros cenários equivalentes de elevada severidade juridicamente imputáveis à NAV Brasil;



5.1.6. Reclamações formuladas por passageiros, operadores aéreos, seguradoras sub-rogadas, concessionários aeroportuários, familiares e outros terceiros eventualmente legitimados, inclusive em hipóteses de pluralidade de demandantes e pleitos regressivos; e

5.1.7. Danos materiais, corporais, morais e/ou estéticos causados a terceiros em decorrência de atos praticados por empregados, prepostos, dirigentes, agentes, contratados ou terceiros a serviço da NAV Brasil, no desempenho de atividades vinculadas ao risco segurado, observadas as condições da apólice e o direito de regresso cabível.

5.2. A descrição do risco segurado deverá guardar aderência com a natureza jurídica e operacional da NAV Brasil e com sua inserção no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), sendo vedada a adoção de redação contratual que, embora inspirada em produtos securitários disponíveis no mercado, limite o objeto segurado a modelos típicos de operação ou administração aeroportuária.

5.3. Para fins desta contratação, o risco segurado deverá refletir a atuação da NAV Brasil como provedora de serviços de navegação aérea (ANSP), a qual se desenvolve de forma sistêmica, distribuída e não restrita ao ambiente aeroportuário, ainda que compreenda atividades desempenhadas em áreas operacionais classificadas como “lado ar”.

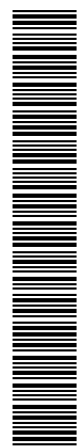
6. INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DE SINISTRALIDADE DOS ÚLTIMOS ANOS

6.1. Para fins de precificação da cobertura, análise técnica do risco e estruturação da proposta securitária, a NAV Brasil informa que desde sua criação não ocorreram sinistros relacionados à apólice de seguro de responsabilidade civil perante terceiros, a qual jamais foi acionada.

6.1.1. Mesmo durante a prestação de serviços conjuntamente com a Infraero (antes do processo de cisão para a criação da NAV Brasil), **não foram registrados sinistros provenientes das atividades e coberturas de riscos relacionados aos serviços de navegação aérea.**

6.2. A NAV Brasil informa, para fins históricos e de conhecimento das licitantes, que a cobertura atualmente vigente se encontra estruturada com Limite Máximo de Indenização de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos) e franquia de US\$ 50.000,00 por ocorrência (cinquenta mil dólares norte-americanos).

6.2.1. O prêmio atualmente pago, de acordo com o Termo Aditivo nº 1018-SS/2025/0001, é de US\$ 630.350,14 (seiscentos e trinta mil e trezentos e cinquenta dólares norte-americanos e quatorze centavos de dólar).





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

6.3. As licitantes deverão considerar, em sua análise técnica e comercial, que a sinistralidade histórica constitui apenas um dos elementos de avaliação do risco, não se prestando, isoladamente, a dimensionar a exposição securitária futura da NAV Brasil.

6.4. Demais informações relevantes para a análise técnica e comercial das licitantes encontram-se disponíveis no ANEXO II (Levantamento de Dados para Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutico) e no ANEXO III (Contexto de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira) deste Termo de Referência.

7. FRANQUIA DEDUTÍVEL

7.1. Fica estabelecido o valor de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares norte-americanos), a título de franquia dedutível para danos materiais (danos físicos à propriedade), exceto os decorrentes de operações de Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), nos termos do subitem 4.11.4.

7.2. Não haverá franquias para danos pessoais (morais, corporais e/ou estéticos).

7.3. Não será admitida franquia para hipóteses em que, por sua natureza, a sua incidência inviabilize ou esvazie a proteção securitária, especialmente em relação a danos corporais de grande monta, custas, despesas de defesa ou outras verbas cuja disciplina contratual recomende tratamento específico.

7.4. A ausência de indicação expressa da franquia na proposta implicará presunção de inexistência de franquia além daquela eventualmente fixada como padrão obrigatório neste Termo de Referência.

8. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

8.1. A liquidação de qualquer sinistro coberto pela apólice observará as condições contratuais, a regulamentação aplicável e as disposições deste Termo de Referência.

8.2. Uma vez comunicado o sinistro, a SEGURADORA deverá promover, com a maior brevidade possível, a regulação do evento, indicando de forma objetiva a documentação necessária à análise da cobertura e à liquidação da indenização.

8.3. Caracterizada a responsabilidade civil da SEGURADA, verificada a cobertura contratual e atendidas as exigências documentais pertinentes, a SEGURADORA, após obter, se cabível ao caso, a concordância da autoridade securitária competente, efetuará o pagamento da indenização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da documentação completa necessária à regulação do sinistro, sob pena de sujeitar-se ao pagamento da indenização corrigida monetariamente de acordo com a variação do índice ou título oficial determinado pelo Governo federal verificada no período compreendido entre a data da ocorrência do sinistro e aquela prevista para pagamento integral da indenização.



8.4. A indenização poderá ser paga diretamente ao terceiro prejudicado, quando isso decorrer da natureza da obrigação, de decisão judicial, de acordo anuído pela SEGURADORA ou de outra forma juridicamente cabível.

8.5. Qualquer acordo judicial ou extrajudicial com terceiros prejudicados, seus sucessores ou beneficiários dependerá de prévia anuência da SEGURADORA, ressalvadas as hipóteses em que a urgência, a mitigação do dano ou determinação judicial imponham providência imediata, caso em que a SEGURADA deverá comunicar o fato sem demora.

8.6. A SEGURADORA indenizará o montante dos prejuízos regularmente apurados, deduzida a franquia, se cabível, observando o limite de responsabilidade definido neste Termo de Referência.

8.6.1. Dentro do limite máximo da cobertura, a SEGURADORA responderá, nos termos da apólice, pelas custas judiciais, honorários advocatícios, despesas de defesa, despesas periciais e demais encargos necessários à adequada condução do sinistro, desde que relacionados a evento coberto.

8.7. Fixada a indenização devida, seja por sentença transitada em julgado, decisão arbitral ou acordo, a SEGURADORA efetuará a indenização da importância que estiver obrigada no prazo estabelecido para este fim.

8.8. Se a indenização a ser paga pela SEGURADORA compreender pagamento em dinheiro e prestação de renda ou pensão, a SEGURADORA, dentro do limite de garantia do seguro, pagará preferencialmente a primeira.

8.9. A apólice deverá disciplinar de forma clara:

8.9.1. O procedimento de aviso de sinistro;

8.9.2. Os canais de comunicação com a SEGURADORA;

8.9.3. Os documentos mínimos exigíveis;

8.9.4. Os critérios de regulação;

8.9.5. O tratamento das despesas emergenciais; e

8.9.6. O fluxo de interação entre SEGURADORA, corretora, resseguradores e SEGURADA.

8.10. A SEGURADORA não poderá recusar cobertura com fundamento em interpretação restritiva incompatível com o objeto da contratação ou com a descrição do risco segurado constante das condições particulares da apólice.

8.11. Em caso de negativa de cobertura, total ou parcial, a SEGURADORA deverá apresentar manifestação formal, específica e fundamentada, indicando a cláusula contratual aplicável e os elementos técnicos e jurídicos que embasam sua conclusão.



9. CANCELAMENTO DA APÓLICE

9.1. A apólice somente poderá ser cancelada, rescindida ou reduzida, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas em lei, na regulamentação aplicável e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2. O cancelamento por iniciativa da SEGURADORA, quando juridicamente admissível, dependerá de motivação formal, notificação prévia à NAV Brasil e observância do prazo necessário para que a Administração adote as providências destinadas à preservação da continuidade da cobertura securitária.

9.3. Não será admitido cancelamento, suspensão, redução material da cobertura ou alteração unilateral de condições essenciais em razão de circunstâncias inerentes ao perfil operacional da NAV Brasil já conhecidas ou cognoscíveis pela SEGURADORA quando da apresentação da proposta.

9.4. Em caso de cancelamento antecipado da apólice, inclusive parcial, a restituição ou retenção do prêmio observará os critérios previstos nas condições contratuais e na regulamentação aplicável, vedada retenção desproporcional ou incompatível com o período efetivamente decorrido da cobertura.

9.5. A eventual substituição de resseguradores, alteração da estrutura de colocação, revisão interna de subscrição ou mudança de apetite de mercado não constituirá, por si só, fundamento idôneo para cancelamento unilateral da apólice durante sua vigência, ressalvadas as hipóteses legais e regulamentares.

10. ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA OPERACIONAL COBERTA

10.1. Considerando a dinâmica da atuação institucional da NAV Brasil, a apólice deverá comportar tratamento contratual adequado para alterações quantitativas ou qualitativas da estrutura operacional coberta, desde que relacionadas às atividades inerentes à prestação dos serviços de navegação aérea, incluindo ATS (Serviços de Tráfego Aéreo), COM (Telecomunicações Aeronáuticas), MET (Meteorologia Aeronáutica) e AIS (Informações Aeronáuticas).

10.2. Para os fins deste Termo de Referência, consideram-se alterações da estrutura operacional coberta, entre outras:

- 10.2.1. Criação, desativação, transferência ou reorganização de órgãos operacionais;
- 10.2.2. Ampliação, redução ou remanejamento de instalações, unidades técnicas, estações ou equipamentos;
- 10.2.3. Incorporação de novos sistemas ou auxílios à navegação;
- 10.2.4. Alteração da distribuição geográfica das unidades atendidas; e



10.2.5. Outras mudanças organizacionais que não descaracterizem o objeto segurado.

10.3. As alterações referidas no subitem anterior deverão ser comunicadas à SEGURADORA pela NAV Brasil, para fins de atualização cadastral, adequação do risco e eventual endosso, sempre que isso se revelar necessário segundo as condições da apólice.

10.4. Tais alterações não poderão servir de fundamento para exclusão automática de cobertura, desde que permaneçam inseridas no escopo material do risco segurado descrito neste Termo de Referência.

10.5. Havendo impacto econômico mensurável e relevante sobre o risco originalmente subscrito, as partes poderão promover o competente ajuste por meio de Termo Aditivo, observado o equilíbrio contratual e a demonstração técnica da necessidade de revisão.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (SEGURADORA)

11.1. São obrigações da SEGURADORA contratada, dentre outras previstas na legislação, nos regulamentos da SUSEP, nas condições da respectiva apólice, no Edital, neste Termo de Referência e no Instrumento contratual:

11.1.1. Emitir a apólice e, quando cabíveis, os respectivos endossos, em estrita conformidade com o Edital, o Termo de Referência, a proposta vencedora e a regulamentação aplicável;

11.1.2. Estruturar a cobertura de modo tecnicamente aderente às atividades específicas desenvolvidas pela NAV Brasil, abstendo-se de utilizar redação padronizada que limite indevidamente a cobertura a riscos típicos de Operador ou Autoridade Aeroportuária;

11.1.3. Assegurar que a cobertura contratada reflita o caráter sistêmico e distribuído da atuação da NAV Brasil como provedora de serviços de navegação aérea (ANSP), não se restringindo ao ambiente aeroportuário, ainda que compreenda atividades desempenhadas em áreas operacionais classificadas como “lado ar”, sem a elas se limitar;

11.1.4. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, inclusive autorização regular de funcionamento perante a SUSEP;

11.1.5. Arcar com todos os tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o Contrato ou seu objeto;

11.1.6. Cumprir todas as disposições previstas no presente Termo de Referência, no Contrato, na apólice emitida, bem como todas as obrigações previstas na legislação e na normatização específica;





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

11.1.7. Designar canal de atendimento e representantes técnicos aptos a interagir com a NAV Brasil, bem como demais agentes legitimamente envolvidos na execução contratual, especialmente nos procedimentos de gestão da apólice, regulação e liquidação de sinistros;

11.1.8. Receber, registrar e processar os avisos de sinistro com tempestividade, transparência e rastreabilidade, informando à NAV Brasil, sem demora indevida, os documentos e providências necessários à regulação;

11.1.9. Proceder à regulação e liquidação dos sinistros cobertos nos prazos previstos, observada a regulamentação aplicável e o dever de boa-fé objetiva;

11.1.10. Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, a apólice definitiva relativa ao seguro contratado, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da contratação;

11.1.11. Apresentar, na hipótese de impossibilidade material de emissão imediata da apólice, Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente, assim entendido como aquele que assegure, de forma expressa, inequívoca e vinculante, a vigência imediata da cobertura securitária, nas mesmas bases essenciais da contratação, até a emissão da apólice definitiva, sem solução de continuidade;

11.1.12. Assegurar que a Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente contenha, no mínimo, a identificação do risco segurado, os limites de cobertura contratados, o período de vigência, as principais condições contratuais aplicáveis e a confirmação expressa de que a cobertura se encontra plenamente vigente, não podendo tal documento implicar redução, restrição, indeterminação ou condicionamento incompatível com a cobertura estabelecida neste Termo de Referência;

11.1.13. Assegurar que a utilização de Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente não implique dispensa da obrigação de emissão tempestiva da apólice definitiva, permanecendo a seguradora integralmente vinculada às condições da contratação;

11.1.14. Informar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do Termo de Contrato, o endereço, número de telefone, correio eletrônico, nome da pessoa de contato, bem como os dados do responsável pela área de sinistros;

11.1.15. Arcar, nos termos da apólice, com indenizações, custas, honorários, despesas de defesa e demais encargos vinculados a sinistros cobertos, até os limites contratados;

11.1.16. Designar preposto como responsável pelo contrato, para participar de eventuais reuniões e acompanhar a execução do contrato;



11.1.17. Apresentar justificativa formal e fundamentada em caso de negativa de cobertura, total ou parcial, vedadas recusas genéricas, padronizadas ou dissociadas da redação efetivamente contratada;

11.1.18. Comunicar previamente à NAV Brasil qualquer circunstância relevante que possa afetar a estabilidade da cobertura, a estrutura de resseguro, a execução contratual ou o atendimento de sinistros;

11.1.19. Fornecer, sempre que solicitado pela Fiscalização:

11.1.19.1. Segunda via da apólice e de endossos;

11.1.19.2. Histórico de sinistros;

11.1.19.3. Demonstrativos de prêmio;

11.1.19.4. Informações sobre limites consumidos; e

11.1.19.5. Outras informações pertinentes à gestão do contrato.

11.1.20. Cumprir, com presteza, os prazos de emissão da apólice, de endossos, de resposta às comunicações da Fiscalização, de regulação de sinistros e de demais obrigações contratuais;

11.1.21. Responder pelos danos causados à NAV Brasil ou a terceiros decorrentes de falha na execução contratual que lhe seja imputável, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais;

11.1.22. Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital de licitação e no Termo de Contrato;

11.1.23. Aderir à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil, obrigando-se a assinar, juntamente com o respectivo instrumento contratual contrato, a “Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil – Pessoa Jurídica”, conforme modelo constante do Anexo IV deste Termo de Referência;

11.1.24. Observar a disciplina da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), obrigando-se a assinar, juntamente com o respectivo instrumento contratual contrato, a “Declaração de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD”, conforme modelo constante do Anexo V deste Termo de Referência; e

11.1.25. Manter sigilo sobre informações técnicas, operacionais, estratégicas e institucionais da NAV Brasil a que tiver acesso em razão da contratação, observada a legislação aplicável, obrigando-se a assinar, juntamente com o respectivo instrumento contratual contrato, o “Termo de Confidencialidade e Sigilo”, conforme modelo constante do Anexo VI deste Termo de Referência.



12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (SEGURADA)

12.1. Além daquelas previstas na legislação, na apólice, bem como nos normativos específicos, são obrigações da SEGURADA:

12.1.1. Efetuar o pagamento do prêmio do seguro, na forma e prazos estabelecidos no Termo de Contrato e na apólice, desde que observadas as condições pactuadas e a regular execução das obrigações pela CONTRATADA;

12.1.2. Fornecer à CONTRATADA, em tempo oportuno, as informações e documentos disponíveis que sejam necessários à adequada formalização da apólice, à regulação de sinistros e à atualização do risco segurado;

12.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por intermédio dos canais definidos contratualmente, a ocorrência de fatos ou eventos potencialmente cobertos pela apólice, tão logo deles tenha ciência, observados os fluxos internos da NAV Brasil;

12.1.4. Comunicar imediatamente à SEGURADORA pela via mais rápida ao seu alcance, sem prejuízo da comunicação escrita, a ocorrência de sinistro(s);

12.1.5. Comunicar à SEGURADORA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de seu recebimento, qualquer citação, carta ou documento que receber e que se relacione com sinistro coberto pelo contrato de seguro;

12.1.6. Indicar unidade responsável pela interlocução institucional com a SEGURADORA, inclusive para fins de:

12.1.6.1. Comunicação de ocorrências;

12.1.6.2. Acompanhamento da regulação de sinistros;

12.1.6.3. Articulação com a área jurídica da NAV Brasil; e

12.1.6.4. Consolidação de informações necessárias à gestão da apólice.

12.1.7. Comunicar, à CONTRATADA, alterações relevantes na estrutura operacional coberta, sempre que tais alterações puderem impactar a caracterização do risco segurado, para fins de atualização cadastral ou eventual endosso;

12.1.8. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio de comissão de gestão e fiscalização formalmente designada, sem que isso implique transferência à Administração da responsabilidade técnica ou securitária da CONTRATADA;

12.1.9. Disponibilizar às licitantes e à futura CONTRATADA, quando cabível, as informações históricas de sinistralidade e os elementos técnicos do risco de que dispuser, sem garantia de exaustividade, cabendo à SEGURADORA realizar sua própria análise técnica e comercial;



- 12.1.10. Adotar as providências administrativas internas necessárias à boa execução do contrato, inclusive aquelas relacionadas ao planejamento orçamentário, à transição entre apólices e à prevenção de lacunas de cobertura;
- 12.1.11. Notificar, por escrito, à SEGURADORA, fixando prazo para corrigir quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado;
- 12.1.12. Fornecer à SEGURADORA documentos e informações necessários à subscrição, emissão, endosso e regulação;
- 12.1.13. Viabilizar, quando justificadamente necessário, acesso supervisionado a informações e instalações pertinentes;
- 12.1.14. Dar ciência à SEGURADORA da contratação ou da rescisão de qualquer outro seguro referente aos mesmos riscos previstos no contrato de seguro; e
- 12.1.15. Aplicar, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas no Edital, no contrato e na legislação pertinente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13. FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de gestão e fiscalização de contratos da NAV Brasil, doravante denominada simplesmente FISCALIZAÇÃO, a qual será formalmente designada para esse fim, nos termos da regulamentação interna aplicável.
- 13.2. A FISCALIZAÇÃO terá por objeto verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, especialmente quanto:
 - 13.2.1. À emissão tempestiva da apólice e de seus endossos;
 - 13.2.2. Ao atendimento das demandas da NAV Brasil;
 - 13.2.3. À condução da regulação de sinistros;
 - 13.2.4. Ao cumprimento de prazos contratuais; e
 - 13.2.5. À manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas.
- 13.3. A FISCALIZAÇÃO não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução do contrato, nem implica aceitação tácita de cláusulas, procedimentos ou negativas de cobertura incompatíveis com os documentos contratuais.
- 13.4. A CONTRATADA deverá prestar, sempre que solicitada pela FISCALIZAÇÃO, as informações necessárias ao acompanhamento contratual, inclusive quanto a:





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

- 13.4.1. Status da apólice;
- 13.4.2. Limites contratados e eventualmente consumidos;
- 13.4.3. Andamento da regulação de sinistros;
- 13.4.4. Estrutura de atendimento; e
- 13.4.5. Eventuais fatos relevantes que possam afetar a cobertura.

13.5. A FISCALIZAÇÃO registrará, em documento próprio, as ocorrências verificadas na execução contratual, adotando as providências cabíveis para saneamento de falhas e, quando for o caso, para instauração de procedimento sancionador.

13.6. A FISCALIZAÇÃO poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à CONTRATADA a apresentação de quaisquer documentos referentes ao objeto contratado.

14. PAGAMENTO DO PRÊMIO

14.1. O pagamento do prêmio será realizado em favor da CONTRATADA, na forma estabelecida no Termo de Contrato, na apólice e nos documentos de cobrança correspondentes, após a emissão regular da apólice ou documento provisório equivalente, e/ou do respectivo endosso, no caso de alterações contratuais.

14.1.1. Após a entrega da apólice ou documento provisório equivalente, e/ou do respectivo endosso, no caso de alterações contratuais, a NAV Brasil, em até 10 (dez) dias úteis:

14.1.2. Emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, em caso de regularidade da documentação apresentada; ou

14.1.3. Fixará o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para que a SEGURADORA promova as correções necessárias, em caso de inconformidades na documentação.

14.1.4. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a SEGURADORA será autorizada pela SEGURADA emitir os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente), devendo entregá-los à NAV Brasil com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis em relação ao vencimento.

14.2. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente conforme os dados de faturamento a seguir:

14.2.1. Razão Social: NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.;

14.2.2. Endereço: Av. General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130;

14.2.3. CNPJ: 42.736.102/0001-10; e

14.2.4. Inscrição Municipal: 1324283-6.



14.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

14.3.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.4. A nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico a ser oportunamente informado pela FISCALIZAÇÃO.

14.5. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO, por meio de Termo de Recebimento Definitivo, desde que observadas as condições contratuais e a regularidade da documentação exigida.

14.6. A FISCALIZAÇÃO deverá encaminhar a nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente atestada ao setor competente para processamento do pagamento em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento definitivo do documento securitário correspondente.

14.7. É vedado o pagamento, a qualquer título, à empresa privada que tenha em seu quadro societário empregado público ativo da CONTRATANTE, quando configurada hipótese vedada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.8. Considera-se como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária correspondente.

14.9. Nos casos de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, o valor devido será acrescido de atualização financeira, calculada desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, com juros de mora de 0,5% ao mês, ou 6% ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (6/100) / 365 = 0,00016438.



15. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Trata-se de prestação de serviço comum, de caráter continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem fornecimento de material.

15.2. Por se tratar de serviço comum, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade cujas características podem ser objetivamente definidas em Edital por meio de especificações usuais no mercado, a contratação se dará por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, na forma do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

15.3. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os prepostos da CONTRATADA e a NAV Brasil, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

16. REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. Adotar-se-á o regime de execução de empreitada por preço global, considerando que o modelo de execução adotado para o presente objeto, por sua natureza, é passível de exata quantificação, isto é, o produto a ser entregue (a alocação do risco da NAV Brasil a terceiros) pode ser definido com precisão absoluta, não havendo variações.

17. VISITA TÉCNICA

17.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na contratação de seguro de responsabilidade civil aeronáutico, não se revela necessária a realização de visita técnica ou vistoria prévia pelas licitantes, uma vez que a formulação das propostas independe de inspeção física de instalações, verificação *in loco* de condições operacionais ou aferição direta de infraestrutura, devendo observar as informações, documentos, dados técnicos e parâmetros de cobertura disponibilizados no Edital, neste Termo de Referência e em seus anexos.

17.2. A natureza sensível das instalações operacionais relacionadas à prestação dos serviços de navegação aérea sob responsabilidade da NAV Brasil, localizadas em áreas restritas, bem como o fato de que a realização de visitas presenciais não agregará valor à compreensão do objeto ou à formulação das propostas, tornam não recomendável, sob a ótica da segurança operacional, a realização de visita técnica.

17.3. A não realização de visita técnica não prejudica a apresentação de pedidos de esclarecimento, impugnações ou solicitações de informações complementares, nos termos previstos no instrumento convocatório.

17.4. A participação no certame implicará declaração da licitante de que dispõe de informações suficientes e necessárias para a formulação de sua proposta, com base no Edital e respectivos anexos.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

18. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

18.1. A contratação será realizada sem parcelamento do objeto, uma vez que o risco securitário a ser transferido é unitário, indivisível e juridicamente interdependente, sendo o fracionamento apto a gerar lacunas de cobertura, conflitos interpretativos e prejuízos à regulação de sinistros complexos.

19. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. Os serviços serão prestados para a Administração Central da NAV Brasil, localizada no endereço indicado a seguir, com observância das condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato:

19.1.1. NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A. Endereço: Avenida General Justo, nº 160 - Rio de Janeiro/RJ, Centro - CEP 20.021-130.

20. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

20.1. A proposta deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, contendo:

20.1.1. O valor global da proposta;

20.1.2. Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

20.1.3. Declaração de que, nos preços cotados, estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, que incidam direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços;

20.1.4. Declaração de que a apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o compromisso de executar os serviços nos seus termos;

20.1.5. Declaração de total conhecimento e aceitação dos termos deste Termo de Referência e seus anexos; e

20.1.6. Declaração de que a proposta apresentada é firme e vinculante (*firm quote*), não estando sujeita a posterior revisão em razão de ausência de capacidade de resseguro.

21. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

21.1. Eventuais alterações contratuais observarão o disposto no art. 81, da Lei nº 13.303/2016 e serão disciplinadas na minuta do Termo de Contrato correspondente.



22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, bem como sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato, que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, em especial à continuidade da cobertura contratada, e que haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. As hipóteses de rescisão contratual serão estabelecidas na minuta do Termo de Contrato correspondente.

24. MOEDA DE REFERÊNCIA E DA CONVERSÃO CAMBIAL

24.1. O prêmio do seguro será fixado em dólares norte-americanos (US\$), conforme proposta vencedora, e pago em parcela única.

24.1.1. A fixação do prêmio em moeda estrangeira decorre das características próprias do mercado de seguro aeronáutico e ressecuritário, no qual a precificação, a capacidade de subscrição e a colocação do risco são ordinariamente estruturadas com referência no dólar norte-americano (US\$), especialmente em contratações de elevada materialidade e com exposição a mercado internacional.

24.2. Para fins de pagamento, o valor do prêmio será convertido em reais (R\$) mediante aplicação da taxa de câmbio definida no instrumento contratual correspondente, apurada no fechamento do dia da data-base de conversão ali estabelecida.

24.2.1. A taxa de câmbio a ser utilizada será a PTAX de compra de dólares norte-americanos (US\$) que é divulgada diariamente pelo Banco Central do Brasil ([Cotações e boletins](#)); e

24.2.2. A variação cambial decorrente da conversão do prêmio de dólares norte-americanos (US\$) para reais (R\$) não se confunde com reajustamento contratual, constituindo mera conversão da moeda de referência para fins de liquidação da obrigação.



25. RENOVAÇÃO DA APÓLICE

25.1. Em razão das especificidades relacionadas à fixação do prêmio em moeda estrangeira, na hipótese de prorrogação contratual com a consequente renovação da apólice para período subsequente, o valor do prêmio correspondente ao novo período de cobertura será objeto de negociação entre as partes, observada a compatibilidade com preços de mercado e mediante comprovação de vantajosidade, não se aplicando cláusula padrão de reajuste por índice geral de preços.

25.2. Eventual alteração do valor do prêmio em caso de renovação deverá ser precedida de justificativa técnico-econômica detalhada, baseada, no mínimo, nas condições do mercado segurador e ressegurador, na sinistralidade do período, no perfil de risco atualizado da NAV Brasil, na variação das condições de colocação do risco e na demonstração da vantajosidade da renovação para a Administração, devendo observar, em qualquer caso, os limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

26. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

26.1. Habilitação jurídica:

26.2. A habilitação jurídica tem por finalidade comprovar a aptidão legal da licitante para exercer direitos e assumir obrigações, assegurando sua regular constituição e a legitimidade para participar da presente contratação.

26.3. Os requisitos de habilitação jurídica são os seguintes:

26.3.1. Prova documental de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

26.3.2. Prova documental de regular autorização de funcionamento da sociedade SEGURADORA perante a SUSEP;

26.3.3. Ato constitutivo ou estatuto social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição ou designação de seus administradores e/ou diretores;

26.3.4. Em caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no Brasil, deverá ser apresentado o respectivo Decreto de autorização, em observância ao art. 1.134 e parágrafo único do art. 1.135, ambos da Lei nº 10.406/2002 e art. 1º da Instrução Normativa DREI nº 77/2020;

26.3.5. Os atos constitutivos acima citados poderão ser substituídos por alteração contratual registrada, devendo a pessoa jurídica apresentar a última alteração, com a respectiva consolidação, devidamente registrada e arquivada, na Junta Comercial da respectiva sede ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; e



26.3.6. Quando a licitante for sucursal, filial ou agência, deverá apresentar o Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, devidamente averbado, conforme art. 969 e art. 1000 da Lei nº 10.406/2002.

26.4. A NAV Brasil poderá realizar diligências destinadas a verificar a veracidade e a regularidade da documentação de habilitação jurídica apresentada, podendo requisitar documentos complementares necessários à comprovação da aptidão jurídica da licitante.

26.5. Caso a licitante declare intenção de estruturar a cobertura securitária em regime de cosseguro, os requisitos de habilitação jurídica devem ser cumpridos por todas as cosseguradoras do arranjo proposto.

26.6. A ausência, insuficiência ou incompatibilidade da documentação de habilitação jurídica apresentada implicará a inabilitação da licitante, pela não comprovação de sua aptidão legal para exercer direitos e assumir obrigações relacionados ao objeto da contratação.

26.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

26.8. A regularidade fiscal e trabalhista tem por finalidade comprovar que o licitante se encontra em situação regular perante as obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, assegurando sua idoneidade para contratar com a Administração Pública.

26.9. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

26.9.1. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

26.9.2. Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e

26.9.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, abrangendo tributos federais e dívida ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias.

26.10. As licitantes cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do referido sistema, mediante consulta eletrônica ou apresentação de extrato atualizado.

26.11. A NAV Brasil poderá realizar diligências destinadas a verificar a veracidade e a regularidade da documentação de regularidade fiscal e trabalhista apresentada, podendo requisitar documentos complementares necessários à comprovação da regularidade da licitante perante os órgãos competentes.

26.12. Caso a licitante declare intenção de estruturar a cobertura securitária em regime de cosseguro, os requisitos de regularidade fiscal e trabalhista devem ser cumpridos por todas as cosseguradoras do arranjo proposto.



26.13. A ausência, insuficiência ou irregularidade da documentação de regularidade fiscal e trabalhista apresentada implicará a inabilitação da licitante, pela não comprovação de sua regularidade perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

26.14. Qualificação econômico-financeira:

26.15. As exigências de qualificação econômico-financeira têm por finalidade verificar a capacidade da licitante para suportar as obrigações decorrentes da execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas à assunção do risco securitário, à regulação de sinistros e à eventual liquidação de indenizações de elevada monta, consideradas a natureza do objeto e sua expressiva materialidade.

26.16. Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão comprovados pela apresentação das seguintes evidências:

26.16.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, quando cabível;

26.16.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida a atualização por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

26.16.3. Comprovação de boa situação financeira por meio da apresentação de declaração demonstrativa da obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), de acordo com a fórmula prevista no Edital; e

26.16.4. Classificação de risco (*rating*) em nível equivalente, no mínimo, a “grau de investimento” ou, na sua ausência, demonstração de capacidade econômico-financeira da licitante para assunção do risco objeto da contratação, mediante a apresentação cumulativa ou combinada de evidências relativas a:

26.16.4.1. Comprovação de atendimento aos requisitos de suficiência de capital estabelecidos pela SUSEP, nos termos da regulamentação vigente aplicável às sociedades seguradoras;

26.16.4.2. Patrimônio líquido e/ou capital regulatório que, em conjunto com a estrutura de resseguro apresentada, demonstre capacidade econômico-financeira de assunção do risco objeto da contratação, considerada a proporção entre a retenção de risco da licitante e a parcela transferida ao mercado ressecuritário, vedada a transferência integral do risco; e



26.16.4.3. Estrutura de resseguro aderente ao objeto da contratação, em conformidade com o estabelecido no subitem 26.31.4 do presente Termo de Referência.

26.17. A exigência de comprovação de classificação de risco (*rating*) em nível de grau de investimento justifica-se pela necessidade de aferição da capacidade de solvência da licitante em operação de elevada materialidade, caracterizada pelo vulto do LMI e pela dependência de suporte ressecutário, inclusive no mercado internacional, sendo a utilização de *rating* prática adotada pelo mercado segurador para avaliação da capacidade econômico-financeira das seguradoras que operam grandes riscos.

26.18. Para fins da comprovação de que trata o subitem 26.16.4, a classificação de risco (*rating*) deverá ser emitida por agência classificadora reconhecida no mercado nacional ou internacional, especializada na avaliação de risco de crédito, mediante apresentação de relatório vigente ou outro documento oficial que comprove a classificação da licitante, admitida a equivalência entre classificações de diferentes agências.

26.18.1. Caso a licitante não possua classificação de risco própria, será admitida a apresentação de *rating* do grupo econômico ao qual pertença, desde que demonstrados, cumulativamente:

26.18.1.1. Vínculo societário com o grupo econômico, mediante apresentação de documentos societários hábeis para essa finalidade, consistentes com aqueles apresentados para fins de habilitação jurídica; e

26.18.1.2. Suporte financeiro do grupo econômico, mediante apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao último exercício social, podendo ser complementadas por declaração formal de suporte emitida pela controladora, quando necessária à sua comprovação, devendo tais informações ser consistentes com a documentação de qualificação econômico-financeira apresentada pela licitante.

26.19. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 26.16.3 deverão comprovar patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, ou outro percentual que venha a ser justificado no processo e fixado no Edital.

26.20. Em caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

26.21. Será admitida a apresentação de balanço intermediário, quando decorrente de lei ou do estatuto/contrato social.



26.22. A NAV Brasil poderá realizar diligências destinadas a verificar a veracidade, a consistência e a regularidade da documentação de qualificação econômico-financeira apresentada, podendo requisitar documentos e informações complementares necessários à comprovação da capacidade econômico-financeira da licitante.

26.23. Caso a licitante declare intenção de estruturar a cobertura securitária em regime de cosseguro, a documentação de qualificação econômico-financeira poderá ser apresentada por uma ou mais das cosseguradoras do arranjo proposto, desde que, em conjunto, demonstrem capacidade suficiente para a assunção do risco, nos termos exigidos no subitem 26.16.

26.24. A ausência, insuficiência ou inconsistência da documentação de qualificação econômico-financeira exigida implicará a inabilitação da licitante, pela não comprovação da sua capacidade para suportar as obrigações decorrentes da contratação.

26.25. Qualificação Técnica:

26.26. A exigência de requisitos de qualificação técnica justifica-se pela necessidade de demonstrar que a licitante possui experiência prévia na emissão, gestão e/ou regulação de apólices de seguro de responsabilidade civil aeronáutico ou correlatas compatíveis, em porte e materialidade, com o objeto da contratação, de modo a evidenciar sua aptidão para executar adequadamente o contrato e assegurar a efetividade da cobertura securitária pretendida pela Administração.

26.27. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a sua capacidade técnico-operacional para a execução do objeto.

26.27.1. Serão considerados aptos os atestados que comprovem experiência na emissão e/ou manutenção de apólice(s) de seguro de responsabilidade civil de Operador/Autoridade Aeroportuária, bem como de qualquer seguro aeronáutico de responsabilidade civil aplicável ao setor aeronáutico ou à prestação de serviços de navegação aérea (ANSP), compatíveis com o objeto desta contratação, com LMI (Limite Máximo de Indenização) de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do LMI definido no item 3.1 deste Termo de Referência.

26.28. O requisito de qualificação técnica de que trata o subitem 26.27.1 poderá ser comprovado mediante a apresentação de documentos equivalentes, tais como contratos, apólices, notas de seguro ou outros documentos idôneos aptos a demonstrar a experiência exigida.

26.29. Não será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes para fins de atingimento do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) referido no subitem 26.27.1, em razão da necessidade de comprovação de experiência efetiva isolada em operação de seguro de grande porte, compatível com o objeto desta contratação.



26.30. Os atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes deverão conter, sempre que possível, as seguintes informações:

- 26.30.1. Descrição do objeto segurado;
- 26.30.2. Limite Máximo de Indenização (LMI) contratado;
- 26.30.3. Período de vigência da apólice ou da prestação do serviço;
- 26.30.4. Identificação da pessoa jurídica emitente, com razão social, CNPJ, endereço e e-mail;
- 26.30.5. Identificação do signatário, com nome completo, função e meio de contato; e
- 26.30.6. Declaração de que a execução ocorreu de forma satisfatória, quando aplicável.

26.31. A licitante deverá comprovar, ainda, como requisito de qualificação técnica, a colocação do risco objeto desta contratação no mercado resseguratório nacional e/ou internacional, ou a existência de tratativas para sua colocação, devidamente formalizadas e acompanhadas de elementos técnicos e comerciais que evidenciem a viabilidade concreta de subscrição do risco, por meio da apresentação de *slip* ou documento equivalente, acompanhado da respectiva evidência da colocação (*placement*) ou de manifestações formais de resseguradores quanto à capacidade de subscrição.

26.31.1. A comprovação da colocação do risco no mercado ressegurador justifica-se pela necessidade de aferição da viabilidade técnica e da capacidade de subscrição para a adequada assunção do risco objeto da contratação pela licitante, em razão da relevância e expressiva materialidade do objeto, bem como da dependência de respaldo resseguratório, constituindo elemento essencial para demonstrar a existência de condições efetivas de execução do contrato, nas condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

26.31.2. Tal exigência tem por objetivo resguardar a NAV Brasil contra o risco de apresentação de propostas desprovidas de sustentação técnico-comercial, assegurando que as propostas estejam efetivamente amparadas por condições de mercado compatíveis com a cobertura pretendida;

26.31.3. O *slip* ou documento equivalente deverá ser aderente às especificações de natureza técnica da proposta apresentada pela licitante, notadamente quanto ao Limite Máximo de Indenização (LMI), estrutura da cobertura e definição dos riscos e responsabilidades, elementos técnicos relevantes presentes nos capítulos 3, 4 e 5 deste Termo de Referência, não sendo admitido documento genérico ou sem vinculação com o objeto desta contratação;



26.31.4. A evidência da colocação (*placement*) deverá ser comprovada por meio de documentação capaz de demonstrar a viabilidade concreta de colocação do risco, mediante indicação dos seguintes elementos:

26.31.4.1. Identificação dos resseguradores envolvidos ou potenciais participantes;

26.31.4.2. Capacidade de subscrição (*lines/participation*);

26.31.4.3. Parcela do risco a ser retida pela própria licitante, vedada a estruturação que implique cessão integral do risco ao mercado ressecutário; e

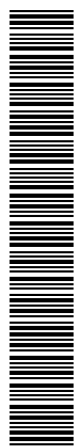
26.31.4.4. Aderência às especificações de natureza técnica da proposta apresentada, não sendo admitidas informações genéricas, não vinculantes ou desprovidas de conteúdo técnico que permita aferir a viabilidade concreta de colocação do risco.

26.32. A NAV Brasil poderá realizar diligências destinadas a comprovar a veracidade dos atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes apresentados, bem como a compatibilidade do *slip* ou documento equivalente com o objeto da contratação, podendo requisitar documentos complementares, inclusive cópias de apólices, contratos, endossos, certidões ou outros elementos comprobatórios.

26.32.1. Será admitida a apresentação de documentos complementares com tarjas, quando necessárias à proteção do sigilo legal e comercial da licitante junto a seus clientes, desde que as informações remanescentes sejam suficientes para comprovar os elementos objeto da diligência realizada.

26.33. Caso a licitante declare intenção de estruturar a cobertura securitária em regime de cosseguro, a documentação de qualificação técnica poderá ser apresentada por uma ou mais das cosseguradoras do arranjo proposto, desde que, em conjunto, demonstrem capacidade suficiente para a assunção do risco, nos termos exigidos nos subitens 26.27 e 26.31.

26.34. A insuficiência, incompatibilidade ou ausência da documentação exigida implicará a inabilitação da licitante, por ausência de comprovação de qualificação técnica mínima necessária para a execução do objeto.



27. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

27.1. Não haverá, na presente contratação, participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), tampouco aplicação do regime favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que a atividade de operação de seguros privados é privativa de pessoas jurídicas constituídas sob a forma de sociedade por ações ou de sociedade cooperativa, previamente autorizadas pela SUSEP, nos termos do art. 24 do Decreto-Lei nº 73/1966, formas societárias incompatíveis com o enquadramento como ME e EPP, conforme disposto no art. 3º, § 4º, incisos VI e X, da Lei Complementar nº 123/2006, que excluem expressamente pessoas jurídicas organizadas sob a forma de cooperativa ou sociedade por ações.

28. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

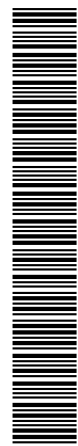
28.1. Será admitida a participação de cooperativas, desde que se trate de sociedade cooperativa de seguros, regularmente autorizada a operar pela SUSEP, com aptidão regulatória e operacional compatível com o ramo e as coberturas objeto da presente contratação.

28.2. A cooperativa participante deverá comprovar, além dos requisitos gerais de habilitação, sua regular constituição, autorização de funcionamento e enquadramento regulatório compatível com a operação de seguros privados, nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966 e da regulamentação aplicável.

29. GARANTIA DA EXECUÇÃO

29.1. Será exigida apresentação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da assinatura do contrato, de garantia de execução, nos termos da Lei nº 13.303/2016, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela SEGURADORA, especialmente considerando o pagamento antecipado do prêmio e a necessidade de mitigação de riscos relacionados ao eventual inadimplemento contratual.

29.2. A garantia de execução tem natureza exclusivamente contratual, não se confundindo com a cobertura securitária objeto da contratação, nem com mecanismos de dispersão ou transferência de risco próprios do mercado segurador, como o resseguro, destinando-se a assegurar o adimplemento das obrigações contratuais, inclusive quanto à aplicação de sanções administrativas e demais obrigações pecuniárias decorrentes de eventual descumprimento do contrato.



29.3. O valor da garantia será fixado em 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e deverá ser prestada nas modalidades previstas no art. 70, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, devendo permanecer vigente durante toda a execução contratual, inclusive quanto a eventuais renovações da apólice, até a plena extinção das obrigações assumidas, sendo vedada sua constituição por meio de instrumento securitário emitido pela própria SEGURADORA contratada (autosseguro).

29.4. Na hipótese de utilização total ou parcial da garantia, inclusive por execução, retenção ou desconto, a SEGURADORA deverá proceder à sua recomposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da sua ciência formal, mediante notificação da NAV Brasil, quanto à utilização da garantia, de modo a manter o valor originalmente exigido durante toda a execução contratual.

30. RESSEGURO

30.1. A estruturação do risco objeto desta contratação pela SEGURADORA deverá contemplar a colocação do risco no mercado ressecuritário, vedada a estruturação que implique cessão integral do risco, em consonância com as condições estabelecidas no Capítulo 25 deste Termo de Referência.

30.2. A utilização de resseguro não afasta nem reduz a responsabilidade da SEGURADORA contratada perante a NAV Brasil pela emissão da apólice, pela assunção do risco, pela gestão da cobertura, pela regulação e liquidação de sinistros e pelo cumprimento das demais obrigações contratuais.

30.3. A SEGURADORA contratada permanecerá como única responsável, perante a NAV Brasil, pela execução do contrato, não podendo opor à CONTRATANTE quaisquer questões internas relacionadas à colocação do risco no mercado ressecuritário, inclusive aquelas decorrentes de divergências com resseguradores.

30.4. A estrutura de resseguro adotada deverá ser aderente às especificações técnicas da proposta apresentada, notadamente quanto ao LMI, estrutura da cobertura e definição dos riscos e responsabilidades, elementos técnicos relevantes presentes nos capítulos 3, 4 e 5 deste Termo de Referência, vedada qualquer alteração que implique redução, limitação ou descaracterização da cobertura contratada.

30.5. A SEGURADORA não poderá condicionar o pagamento de indenizações à prévia recuperação de valores junto ao mercado ressecuritário, devendo cumprir integralmente suas obrigações perante a NAV Brasil independentemente de eventuais *recoveries*.

30.6. A SEGURADORA deverá observar, quanto ao resseguro, as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na proposta de preços e na regulamentação aplicável.



30.7. Eventuais alterações na estrutura de resseguro apresentada deverão preservar as condições essenciais da proposta vencedora, especialmente quanto ao LMI, à distribuição do risco e à capacidade de subscrição, sendo vedadas alterações que impliquem redução da robustez da cobertura contratada.

31. SUBCONTRATAÇÃO

31.1. Não se aplica à presente contratação a figura da subcontratação, por se tratar de contrato de seguro cuja execução compete diretamente à SEGURADORA contratada, abrangendo a emissão da apólice, a assunção do risco, a gestão da cobertura, a regulação e a liquidação de sinistros, permanecendo tais obrigações sob sua responsabilidade integral.

31.2. Eventuais mecanismos próprios do mercado securitário, como cosseguro e resseguro, não se confundem com a figura da subcontratação e não afastam a responsabilidade contratual da SEGURADORA contratada perante a NAV Brasil.

32. CONSÓRCIO

32.1. Não se aplica à presente contratação a figura de consórcio de empresas licitantes, por se tratar de contratação de seguro privado, cuja estruturação, quando houver compartilhamento do risco entre seguradoras, se dá por meio de cosseguro, nos termos da legislação e da regulamentação setorial aplicáveis.

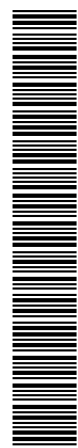
33. COSSEGURO

33.1. Será admitida a estruturação da cobertura em regime de cosseguro, desde que tal arranjo não comprometa a integralidade da cobertura exigida, nem prejudique a clareza quanto à assunção das obrigações perante a NAV Brasil, devendo ser observado, adicionalmente, o seguinte:

33.1.1. Todas as cosseguradoras participantes deverão atender aos requisitos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista previstos neste Termo de Referência;

33.1.2. Os requisitos de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica poderão ser atendidos por uma ou mais das cosseguradoras do arranjo, desde que, em conjunto, demonstrem capacidade suficiente para a assunção do risco, observado o disposto neste Termo de Referência;

33.1.3. O arranjo deverá observar a legislação e a regulamentação aplicáveis ao mercado segurador;



33.1.4. Deverá haver identificação clara da SEGURADORA líder, das cosseguradoras participantes e dos respectivos percentuais de participação no risco;

33.1.5. Não poderá haver prejuízo à integralidade da cobertura exigida; e

33.1.6. Deverá permanecer claramente definida, perante a NAV Brasil, a responsabilidade da SEGURADORA líder pela interlocução institucional, pela gestão da apólice, pela coordenação da regulação de sinistros e pelo cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da responsabilidade individual das cosseguradoras pelas respectivas parcelas do risco assumido.

33.2. Na hipótese de estruturação da cobertura em regime de cosseguro, a licitante vencedora deverá apresentar, como condição para a assinatura do Contrato, declaração formal do arranjo de cosseguro, subscrita pela SEGURADORA líder e pelas cosseguradoras participantes, contendo, no mínimo:

33.2.1. A identificação das seguradoras participantes;

33.2.2. Os respectivos percentuais de participação;

33.2.3. A indicação da SEGURADORA líder, responsável pela interlocução institucional com a NAV Brasil, pela gestão da apólice, pela coordenação da regulação de sinistros e pelo cumprimento das obrigações contratuais; e

33.2.4. A confirmação de aderência do arranjo às condições essenciais da proposta vencedora e do Edital.

33.3. As licitantes que pretendam estruturar a cobertura em regime de cosseguro deverão apresentar a correspondente “Declaração de Intenção de Estruturação Securitária em Regime de Cosseguro”, subscrita pelos partícipes, com a indicação da SEGURADORA líder e das cosseguradoras participantes, conforme Anexo VIII deste Termo de Referência.

33.4. A não apresentação da declaração de que trata o subitem 33.2, na hipótese de ter sido previamente declarada a intenção de participação em regime de cosseguro, impedirá a formalização da contratação nessa modalidade, facultando à Administração, a seu critério, adotar as providências cabíveis, inclusive a convocação do licitante remanescente, nos termos da legislação aplicável.

34. PRAZO DE VIGÊNCIA

34.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato será de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da data da assinatura do Instrumento, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

34.2. O prazo de vigência da Apólice de Seguro também será de 12 (doze) meses consecutivos, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

35. RETROATIVIDADE E DA EXTENSÃO TEMPORAL EXCEPCIONAL DA COBERTURA

35.1. Será observada a retroatividade dos fatos geradores desconhecidos pela NAV Brasil, nos termos da Circular SUSEP nº 637, de 27 de julho de 2021.

35.2. Deverá, ainda, ser prevista na apólice extensão temporal excepcional da cobertura de, no mínimo, 90 (noventa) dias, hipótese em que a cobertura permanecerá eficaz durante todo o período adicional contratado, abrangendo os sinistros nele ocorridos, observados os limites, condições e demais disposições contratuais aplicáveis.

36. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

36.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016, a CONTRATADA que:

36.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução total ou parcial de quaisquer das obrigações assumidas;

36.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

36.1.3. Fraudar na execução do contrato;

36.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

36.1.5. Cometer fraude fiscal;

36.1.6. Emitir apólice, endosso ou documento contratual em desconformidade material com o Edital, a proposta vencedora ou este Termo de Referência;

36.1.7. Negar cobertura, total ou parcialmente, sem fundamentação contratual ou regulamentar idônea;

36.1.8. Deixar de manter as condições de habilitação, autorização regulatória ou capacidade operacional exigidas durante a execução contratual.

36.2. Em caso de ocorrência de quaisquer das infrações acima, inclusive descumprimento de obrigação legal, normativa ou contratual, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as seguintes penalidades:

36.2.1. Advertência por escrito, quando se tratar de falta leve, assim entendida aquela que não acarrete prejuízo relevante à execução contratual ou à efetividade da cobertura;

36.2.2. Multa:

36.2.2.1. Moratória, de 0,1% a 0,2% por dia sobre o valor do prêmio, em caso de atraso injustificado na emissão da apólice, de endosso ou no cumprimento de obrigação contratual com prazo certo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos;



36.2.2.2. Compensatória, de até 15% do valor do prêmio, pela inexecução total ou parcial do ajuste ou por dar causa à rescisão contratual, sem prejuízo da indenização por perdas e danos.

36.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NAV Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nas hipóteses legalmente cabíveis; e

36.2.4. Rescisão contratual, quando cabível, observado o devido processo legal.

36.3. O atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento de obrigação contratual essencial poderá configurar, a critério da FISCALIZAÇÃO e da autoridade competente, hipótese de inexecução apta a ensejar rescisão unilateral do contrato.

36.4. A CONTRATADA poderá responder por perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes do inadimplemento contratual ou da execução defeituosa do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

36.5. Serão igualmente aplicáveis as sanções previstas na Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, nas hipóteses legalmente configuradas.

36.6. A CONTRATADA, notificada da penalidade que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar defesa prévia, contado do recebimento da notificação correspondente.

36.6.1. Da decisão da autoridade sobre a aplicação da cominação caberá recurso sem efeito suspensivo no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data de ciência da decisão;

36.6.2. A autoridade competente da Contratante decidirá pela procedência ou não do recurso, devendo a decisão ser comunicada expressamente à CONTRATADA; e

36.6.3. A autoridade competente da CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para decidir sobre o recurso contados a partir da sua interposição, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período.

36.7. O valor da multa poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou cobrado pelos meios legalmente admitidos na esfera administrativa e/ou judicial.

36.8. O somatório de todas as multas aplicadas estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global do prêmio durante toda a vigência contratual.

36.9. As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



36.10. A aplicação das sanções administrativas tratadas neste Termo de Referência será precedida do correspondente processo administrativo de apuração de irregularidades, no qual será assegurado à CONTRATADA, em qualquer hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

37. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

37.1. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, adotando práticas que privilegiem a redução do consumo de papel, a digitalização de documentos, a tramitação eletrônica de apólices, endossos, avisos de sinistro e demais comunicações contratuais.

37.2. Sempre que tecnicamente viável e juridicamente admissível, deverão ser priorizados:

37.2.1. A emissão eletrônica de documentos;

37.2.2. A utilização de assinaturas eletrônicas;

37.2.3. O compartilhamento digital de relatórios, comunicações e documentos de regulação; e

37.2.4. A racionalização do uso de materiais físicos na execução contratual.

37.3. A natureza do objeto não envolve, em regra, impactos ambientais diretos relevantes, razão pela qual as exigências de sustentabilidade concentram-se na adoção de boas práticas administrativas e documentais compatíveis com serviço de natureza predominantemente securitária e contratual.

38. MATRIZ DE RISCOS DO CONTRATO

38.1. Os riscos da presente contratação, que podem vir a impactar o seu respectivo equilíbrio econômico-financeiro, são, além dos indicados no presente item, aqueles identificados no Anexo IX do presente Termo de Referência.

38.2. Constituem riscos suportados predominantemente pela CONTRATANTE:

38.2.1. Alterações unilaterais do escopo da cobertura determinadas pela Administração, com impacto comprovado sobre o prêmio; e

38.2.2. Demora imputável exclusivamente à CONTRATANTE no fornecimento de informações essenciais para emissão de apólice, endosso ou regulação de sinistro.

38.3. Constituem riscos suportados predominantemente pela CONTRATADA:

38.3.1. Erro de subscrição, erro de precificação ou insuficiência de avaliação do risco ordinariamente cognoscível no momento da proposta;



38.3.2. Demora injustificada na emissão da apólice, de endossos ou na condução da regulação de sinistros;

38.3.3. Negativa indevida de cobertura; e

38.3.4. Falhas de comunicação, de atendimento, de governança interna ou de articulação com resseguradores e prestadores que comprometam a execução do contrato.

38.4. A matriz de riscos deverá ser interpretada em conjunto com as demais cláusulas do Termo de Referência, do Edital, do Termo de Contrato e da apólice, prevalecendo a solução que melhor preserve o equilíbrio contratual, a continuidade da cobertura e a adequada alocação dos riscos entre as partes.

39. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

39.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos próprios da NAV Brasil, previstos no Programa de Dispêndios Globais – PDG, para o exercício de 2026 e subsequentes, disponíveis na seguinte rubrica:

39.1.1. Conta Contábil: 311.07.028-7 (Seguros em Geral);

39.1.2. Dependência: 001 (Administração Central); e

39.1.3. Centros de Custo: 20.123-0 (Gerência de Finanças e Contabilidade).

40. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

40.1. A aceitabilidade das propostas ficará condicionada à verificação do atendimento integral às especificações de natureza técnica estabelecidas nos seguintes dispositivos deste Termo de Referência:

40.1.1. Capítulo 3 – IMPORTÂNCIA SEGURADA;

40.1.2. Capítulo 4 – COBERTURA DESEJADA;

40.1.3. Capítulo 5 – DESCRIÇÃO DOS RISCOS E RESPONSABILIDADES;

40.1.4. Capítulo 7 – FRANQUIA DEDUTÍVEL; e

40.1.5. Capítulo 8 – LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS.

40.2. A licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta de preços, minuta técnica da apólice ou documento equivalente, contendo informações detalhadas que permitam a verificação objetiva da sua aderência às especificações técnicas definidas no subitem 39.1 deste Termo de Referência.



40.3. A análise técnica das propostas será limitada à verificação do atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo atribuída pontuação ou realizada avaliação comparativa de mérito técnico entre as propostas.

40.4. Será desclassificada a proposta que:

40.4.1. Não seja acompanhada da documentação hábil para realização da análise técnica da proposta;

40.4.2. Contenha cláusulas, condições ou exclusões incompatíveis com o objeto da contratação, nos termos fixados neste Termo de Referência;

40.4.3. Não evidencie, de forma clara, objetiva e verificável, a aderência da proposta às especificações técnicas estabelecidas, especialmente em relação aos capítulos indicados no subitem 40.1 deste Termo de Referência.

40.5. A NAV Brasil poderá realizar diligências destinadas a esclarecer aspectos técnicos das propostas apresentadas, podendo requisitar informações e/ou documentos técnicos complementares julgados relevantes para a análise técnica das propostas, vedada a substituição integral da minuta técnica da apólice ou documento equivalente originalmente apresentada com a proposta.

40.6. Os documentos técnicos apresentados, ainda que em sede de diligência, integrarão a proposta da licitante para todos os fins, vinculando a execução contratual, prevalecendo, em caso de divergência, as condições mais favoráveis à Administração.

41. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

41.1. Para o julgamento das propostas, será adotado o critério de **menor preço global**, tendo em vista que o objeto da contratação não apresenta grau de complexidade que justifique a utilização do critério de melhor técnica ou técnica e preço, nos termos do art. 42, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, sendo a contratação caracterizada por preço certo e total.

41.2. O valor do prêmio proposto em dólares norte-americanos (US\$) deverá ser convertido em reais (R\$) para fins de julgamento, mediante aplicação da taxa de câmbio PTAX de compra, divulgada pelo Banco Central do Brasil correspondente ao fechamento do dia útil a ser definido no Edital, única para todos os licitantes, conforme cotação oficial disponível no sítio eletrônico <https://www.bcb.gov.br/>.

41.2.1. A conversão cambial será realizada exclusivamente para fins de julgamento das propostas, não implicando alteração da moeda de contratação, que permanecerá sendo o dólar norte-americano (US\$), conforme previsto neste Termo de Referência.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

41.3. O preço global ofertado deverá contemplar todos os custos, encargos, tributos e demais despesas necessárias à plena execução da apólice, inclusive aqueles decorrentes da legislação securitária e tributária aplicável.

41.4. Será desclassificada a proposta que apresentar preço global superior ao valor estimado para a contratação, observado o procedimento de negociação previsto no Edital, bem como aquela que apresentar preço manifestamente inexequível, nos termos da legislação aplicável e dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no Instrumento convocatório.

42. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

42.1. O valor estimado da contratação permanecerá sigiloso, com amparo no art. 34, caput, da Lei nº 13.303/2016, corroborado no art. 6º, caput, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NAV Brasil, instituído pelo Ato Normativo nº SEDE-ANO-2023/00009, de 12 de maio de 2023, publicado no D.O.U. em 16 de maio de 2023, Edição:168, Seção 1, Página 19.

43. DECLARAÇÃO DE COMPLETUDE

43.1. A equipe de planejamento da contratação declara, para os fins do art. 34, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil (RILC) e do art. 42 da Lei nº 13.303/2016, que o presente Termo de Referência contém os elementos considerados necessários e suficientes para caracterização do objeto e para a adequada instrução da contratação, sem prejuízo de ajustes formais ou complementações supervenientes devidamente motivadas.

44. DISPOSIÇÕES FINAIS

44.1. A CONTRATADA responderá integralmente pela adequada execução do objeto, devendo adotar todas as providências necessárias à manutenção da efetividade da cobertura securitária contratada, sem ônus adicionais indevidos para a NAV Brasil.

44.2. A apólice deverá ser emitida em estrita consonância com o Edital, o Termo de Referência, a proposta vencedora e os demais documentos que integram a contratação.



44.3. A solução securitária deverá compreender não apenas a emissão formal da apólice, mas o conjunto de elementos necessários à efetividade da cobertura, incluindo a estrutura técnica de colocação do risco, a governança de sinistros, a interlocução institucional e a continuidade da cobertura.

44.4. A contratação deverá observar a transição adequada entre a apólice vigente e a futura apólice, de modo a evitar descontinuidade de cobertura e exposição da NAV Brasil a riscos não segurados.

44.5. A aceitação da proposta e a assinatura do Termo de Contrato não eximem a CONTRATADA da responsabilidade de garantir que a solução securitária ofertada produza os efeitos esperados pela Administração, em conformidade com o Termo de Referência e com a proposta vencedora.

44.6. Caso, durante a execução contratual, se verifique inadequação material da redação da apólice ao objeto licitado ou ao risco efetivamente segurado, a CONTRATADA deverá promover, sem ônus adicional para a NAV Brasil, os ajustes necessários à sua conformação, ressalvadas as hipóteses em que a alteração decorrer de fato novo imputável exclusivamente à Administração.

44.7. O instrumento contratual a ser celebrado não gera vínculo empregatício entre a NAV Brasil e os empregados, prepostos, representantes ou terceiros vinculados à CONTRATADA.

44.8. Os casos omissos serão resolvidos à luz do Edital, deste Termo de Referência, do Termo de Contrato, da apólice, da legislação aplicável, da regulamentação da SUSEP e dos princípios que regem as contratações públicas e a boa-fé objetiva.

45. ANEXOS

45.1. ANEXO I - Relação de Dependências da NAV Brasil (DNB);

45.2. ANEXO II - Levantamento de Dados para Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutico;

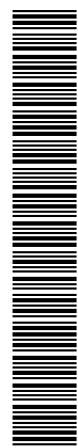
45.3. ANEXO III - Contexto de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira;

45.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil – Pessoa Jurídica;

45.5. ANEXO V - Modelo de Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD;

45.6. ANEXO VI - Modelo de Termo de Confidencialidade e Sigilo;

45.7. ANEXO VII - Modelo de Proposta de Preços;





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

45.8. ANEXO VIII - Declaração de Intenção de Estruturação Securitária em Regime de Cosseguro; e

45.9. ANEXO IX - Matriz de Riscos.

46. RESPONSÁVEIS

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO ANTONIO DE SOUZA FERREIRA JUN
Data: 06/05/2026 15:38:24-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

FERNANDO ANTONIO DE SOUZA FERREIRA JUNIOR
matrícula 18.989-74
Coordenador da Equipe de Planejamento

BRUNO MARCIO DE OLIVEIRA SODRÉ
matrícula 99.565-51
Membro Técnico

GERSON GONÇALVES PELHO
matrícula 18.899-75
Membro Técnico

GILSON FERNANDES DA SILVA BARROS
matrícula 98.398-49
Membro Técnico

DANIEL COSTA DE COELHO RAMOS
matrícula 18.995-79
Membro Técnico





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

FERNANDA SANTOS PEREIRA
matrícula 19.204-32
Membro Técnico

LETÍCIA RIBEIRO CARDOSO
matrícula 18.926-98
Membro Administrativo



ANEXO I – Relação de Dependências da NAV Brasil (DNB)

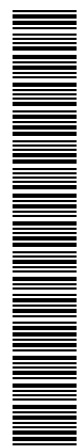
Dependência	Localidade	Aeroporto	Serviços ANSP
Administração Central	Rio de Janeiro/RJ	–	–
DNAR	Aracaju/SE	SBAR – Aracaju	ATC (TWR), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNAT	Alta Floresta/MT	SBAT – Alta Floresta	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento), EMA e EMS-3
DNBG	Bagé/RS	SBBG – Bagé	TS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNBH	Belo Horizonte – Pampulha/MG	SBBH – Pampulha	ATC (TWR), AIS (Automatizada) e EMS-2
DNBU	Bauru/SP	SBBU – Bauru	ATC (APP), ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNBW	Barra do Garças/MT	SBBW – Barra do Garças	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNCJ	Carajás/PA	SBCJ – Carajás	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-1
DNCP	Campos dos Goytacazes/RJ	SBCP – Campos	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNCZ	Cruzeiro do Sul/AC	SBCZ – Cruzeiro do Sul	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNDN	Presidente Prudente/SP	SBDN – Presidente Prudente	ATC (TWR e APP), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNGL	Rio de Janeiro – Galeão/RJ	SBGL – Rio de Janeiro – Galeão	CMA e AIS (C-AIS)
DNGO	Goiânia/GO	SBGO – Goiânia	ATC (TWR), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNGR	São Paulo – Guarulhos/SP	SBGR – São Paulo – Guarulhos	ATC (TWR), AIS (Automatizada), CMA e EMS-1
DNHT	Altamira/PA	SBHT – Altamira	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNHI	Itaituba/PA	SBIH – Itaituba	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNIL	Ilhéus/BA	SBIL – Ilhéus	ATC (APP), ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-2



Dependência	Localidade	Aeroporto	Serviços ANSP
DNIZ	Imperatriz/MA	SBIZ – Imperatriz	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNJP	João Pessoa/PB	SBJP – João Pessoa	ATC (TWR), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNJR	Rio de Janeiro – Jacarepaguá/RJ	SBJR – Rio de Janeiro – Jacarepaguá	ATC (TWR), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNJU	Juazeiro do Norte/CE	SBJU – Juazeiro do Norte	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNJV	Joinville/SC	SBJV – Joinville	ATS (AFIS) e EMS-1
DNKG	Campina Grande/PB	SBKG – Campina Grande	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNKP	Campinas/SP	SBKP – Campinas	ATC (TWR), AIS (Automatizada) e EMS-1
DNLO	Londrina/PR	SBLO – Londrina	ATC (TWR e APP), AIS (Autoatendimento), EMA e EMS-2
DNMA	Marabá/PA	SBMA – Marabá	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNME	Macaé/RJ	SBME – Macaé	ATC (TWR e APP), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNMK	Montes Claros/MG	SBMK – Montes Claros	ATS (AFIS) e AIS (Autoatendimento)
DNMQ	Macapá/AP	SBMQ – Macapá	ATC (TWR, APP), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNMS	Mossoró/RN	SBMS – Mossoró	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNNF	Navegantes/SC	SBNF – Navegantes	ATC (TWR), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNPB	Parnaíba/PI	SBPB – Parnaíba	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNPJ	Palmas/TO	SBPJ – Palmas	ATC (TWR, APP), AIS (Autoatendimento) e EMS-1
DNPK	Pelotas/RS	SBPK – Pelotas	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNPL	Petrolina/PE	SBPL – Petrolina	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3



Dependência	Localidade	Aeroporto	Serviços ANSP
DNPP	Ponta Porã/MS	SBPP – Ponta Porã	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNRJ	Rio de Janeiro – Santos-Dumont/RJ	SBRJ – Rio de Janeiro	ATC (TWR), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNRP	Ribeirão Preto/SP	SBRP – Ribeirão Preto	ATC (TWR), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNSN	Santarém/PA	SBSN – Santarém	ATC (TWR, APP), AIS (Autoatendimento) e EMS-1
DNTE	Teresina/PI	SBTE – Teresina	ATC (TWR e APP), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNTF	Tefé/AM	SBTF – Tefé	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNUF	Paulo Afonso/BA	SBUF – Paulo Afonso	ATS (AFIS), AIS (Autoatendimento) e EMS-3
DNUL	Uberlândia/MG	SBUL – Uberlândia	ATC (TWR e APP), AIS (Autoatendimento) e EMA e EMS-1
DNUR	Uberaba/MG	SBUR – Uberaba	ATC (TWR e APP), AIS (Autoatendimento) e EMS-2
DNVT	Vitória/ES	SBVT – Vitória	ATC (TWR e APP), AIS (Autoatendimento) e EMA e EMS-1



ANEXO II - Levantamento de Dados para Contratação do Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutico

1. MOVIMENTO GERAL DE AERONAVES:

ANO	TWR, Rádio (RDO) e APP
2025	1.618.953

2. QUANTIDADE DE ÓRGÃOS OPERACIONAIS:

- 108 Órgãos prestadores de serviços de navegação aérea:
- 23 Rádios (RDO),
- 19 Torres de Controle (TWR),
- 13 Controles de Aproximação (APP),
- 44 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS),
- 4 Estações Meteorológicas de Altitude (EMA),
- 3 Salas AIS Automatizadas (SAA),
- 1 Centro de Informação Aeronáutica (C-AIS); e
- 1 Centro Meteorológico de Aeródromo (CMA).

3. QUANTIDADE DE HORAS DE PRESTAÇÃO DO ATS (TWR, APP E RÁDIO) EM TODOS OS ÓRGÃOS:

ANO	TOTAL DE HORAS
2025	343.149

4. EVOLUÇÃO DA COBERTURA OPERACIONAL:

ANO	MOVIMENTO	VARIAÇÃO
2021	1.252.595	-
2022	1.494.195	+19,28%
2023	1.574.517	+5,38%
2024	1.543.749	-1,95%
2025	1.618.953	+4,87%



5. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ÓRGÃOS OPERACIONAIS



ANEXO III- Contexto de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira

1 O desempenho da segurança operacional da aviação civil brasileira apresenta relevância direta para a modelagem do seguro pretendido.

2 Conforme o Relatório Anual de Segurança Operacional – RASO 2023 da ANAC¹, o Brasil alcançou taxa zero de acidentes no transporte aéreo regular em 2023, tendo sido destaque no ranking internacional da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), sendo um dos 10 (dez) países com o maior volume de decolagens na aviação civil comercial, ocupando o 7º lugar. Dentre os países da América Latina, é o único a ocupar posição de destaque no ranking.

3 Além disso, o Brasil ocupou a 6ª posição mundial no Programa Universal de Auditoria de Supervisão da Segurança (em inglês, *Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach*) (USOAP-CMA) da OACI, com índice de implementação efetiva superior à média global. De acordo com o Relatório acima mencionado:

“Quanto à taxa de acidentes por milhão de decolagens na aviação comercial a série histórica dos últimos 10 anos indica uma tendência de redução na taxa brasileira, sem registro de acidentes em 2023 — a menor marca nos últimos sete anos. Comparada à taxa mundial (1,87) e à taxa da região SAM (América do Sul da OACI, 0,55), o Brasil demonstrou um desempenho superior. Em 2023, foram registrados 66 acidentes na aviação comercial no mundo, contra 64 no ano anterior de 2022. Mesmo com o aumento de acidentes, a taxa mundial reduziu de 2,05 para 1,87 devido ao aumento do tráfego aéreo.”²

¹ **Relatório Anual de Segurança Operacional - RASO 2023**. Brasília, DF: Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/seguranca-operacional/informacoes-de-seguranca-operacional/copy3_of_RASO_2023_vFinal.pdf>. Acesso em: 27 mar 2026.

² (“Relatório Anual de Segurança Operacional - RASO 2023”, 2023), p. 8



TAXA MUNDIAL E BRASIL

2022	2023
Mundial	
Taxa: 2,05	Taxa: 1,87
64 Acidentes	66 Acidentes
31,21 milhões de dep	35,29 milhões de dep
Brasil	
Taxa: 1,29	Taxa: 0,00

Apenas para transporte aéreo regular com aeronaves de mais de 5.700 kgf de peso máximo de decolagem. Apenas voos produtivos. Voos realizados no território de cada País, independente da bandeira.¹

Taxas de Acidentes de Tráfego no Brasil e no Mundo em 2022 e 2023

4 Em 2024, contudo, conforme o Relatório Anual de Segurança Operacional – RASO 2024 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)³, houve reversão da tendência de queda, com registro de 3 acidentes no transporte comercial, sendo um fatal, e taxa de 3,48 acidentes por milhão de decolagens.

5 Com relação à performance do Brasil no Programa Universal de Auditoria de Supervisão da Segurança (em inglês, *Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach*) (USOAP-CMA) da OACI, o país ocupou a 7ª posição entre outros 185 países no mundo, estando, em termos de segurança da aviação civil, em nível superior ao da média mundial e da América Latina:

“Em relação ao Universal Safety Oversight Audit Programme / Continuous Monitoring Approach (USOAP-CMA) da OACI, o Brasil ocupa a 7ª posição entre 185 países no mundo em relação à implementação efetiva geral. O Brasil está acima da média global e da região SAM. O índice de implementação efetiva do grupo mundial é de 69,99%, enquanto da região SAM de 74,95%.”⁴

6 Atualmente, tal como amplamente divulgado pela OACI e repercutido institucionalmente pelo DECEA⁵, o Brasil lidera as Américas em segurança operacional, com índice superior a 94% de implementação efetiva no USOAP-CMA:

“O Brasil manteve, em 2025, o primeiro lugar nas Américas na auditoria da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para segurança operacional da

³ Relatório Anual de Segurança Operacional - RASO 2024. . Brasília, DF: Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/seguranca-operacional/informacoes-de-seguranca-operacional/copy3_of_RASO_2024_vFinal.pdf>. Acesso em: 27 mar 2026.

⁴ (“Relatório Anual de Segurança Operacional - RASO 2024”, 2024), p. 10

⁵ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DECEA. Brasil lidera Américas em segurança operacional da aviação, segundo a OACI. Disponível em: <https://www.decea.mil.br/?i=midia-e-informacao&p=pg_noticia&materia=brasil-lidera-americas-em-seguranca-operacional-da-aviacao-segundo-a-oaci>. Acesso em: 27 mar 2026.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

aviação, o USOAP-CMA (Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach).

Os resultados do programa de auditoria da agência da ONU alçam o País à liderança entre as nações das Américas do Sul, Central e do Norte, com 95,46% de conformidade global, desempenho superior à média mundial e regional.

Entre os 193 Estados-membros da OACI, o índice coloca o Brasil na sétima posição mundial e reflete a maturidade da aviação civil brasileira, composta por órgãos como o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA).

Segundo o coordenador USOAP/SSP da Comissão de Estudos Relacionados à Navegação Aérea Internacional (CERNAI) e atual coordenador do Grupo Técnico Permanente do Comitê de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira, Coronel Jorge Wilson de Avila Ferreira Penna, o resultado é fruto de um trabalho contínuo e integrado entre as instituições que compõem o sistema.”

7 Entretanto, importa destacar que o elevado desempenho em segurança operacional não elimina a possibilidade de ocorrência de eventos de grande magnitude. A literatura especializada em gestão de riscos aeronáuticos reconhece que o setor apresenta característica estrutural de baixa frequência e elevada severidade, de modo que a modelagem securitária deve considerar cenários extremos, ainda que estatisticamente raros.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADEÇÃO À POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES
RELACIONADAS DA NAV BRASIL – PESSOA JURÍDICA**

**DECLARAÇÃO DE ADEÇÃO À POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA NAV BRASIL
(PESSOA JURÍDICA)**

Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/[NÚMERO] – Termo de Contrato nº [NÚMERO]

1. Em atenção à “Política de Transações com Partes Relacionadas” da NAV Brasil, a fim de afastar conflito de interesses, DECLARO que esta empresa não se enquadra na definição de Parte Relacionada, nos termos de seu art. 3º, inc. VI, alínea “b”, bem como a plena adesão aos dispositivos cabíveis, observadas, em especial, as diretrizes e vedações expressas, respectivamente, nos arts. 6º e 7º.
2. Além do exposto, DECLARO:
 - 2.1. Que esta transação não foi estabelecida em condições distintas das de mercado e/ou de forma a prejudicar os interesses da NAV Brasil.
 - 2.2. Que esta transação não constitui contrato gratuito, ou seja, sem contrapartida para a NAV Brasil; e
 - 2.3. Que a presente empresa não possui em seu quadro, administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, que seja diretor ou empregado da NAV Brasil, ou, ainda, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a NAV Brasil há menos de 6 (seis) meses.
3. Nesse sentido, FAÇO CONSTAR os dados da empresa e o correspondente Quadro de Sócios e Administradores (QSA):
 - 3.1. DADOS DA EMPRESA:

Nome: [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

Endereço: [ENDEREÇO DA CONTRATADA]

CNPJ: [NÚMERO]

Telefone: [NÚMERO]

E-mail: [EMAIL DA CONTRATADA]





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

3.2. QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA):

Nome do Administrador/Sócio	CPF
[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]
[NOME COMPLETO]	[NÚMERO]

4. Por fim, esta empresa se coloca à disposição para apresentar esclarecimentos e/ou documentos à Contratante que porventura lhe sejam solicitados, submetendo-se, por toda a execução contratual, à verificação das informações por ora declaradas.

[LOCALIDADE], XX de XXXXX de 202X.

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

ANEXO V – MODELO DE TERMO DE ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

TERMO DE ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/[NÚMERO] – Termo de Contrato nº [NÚMERO]

A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., Empresa Pública Federal com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.736.102/0001-10, situada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-130, representada por seu Presidente, o Sr. JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO, CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, e por seu Diretor de [DEFINIR], o Sr. [NOME COMPLETO], CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, doravante denominada CONTRATANTE ou CONTROLADOR, e a empresa [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [NÚMERO], estabelecida na [ENDEREÇO DA CONTRATADA], doravante denominada CONTRATADA ou OPERADOR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. [NOME COMPLETO], CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo [ÓRGÃO EMISSOR], conforme Processo Administrativo de Contratos nº SEDE-ADM-[ANO]/[NÚMERO], com fundamento na cláusula [INDICAR A CLÁUSULA DO CONTRATO QUE TRATA DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS] do Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO], celebram o presente TERMO DE CONTRATO, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Este Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD faz parte indissociável do Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] celebrado entre as PARTES acima indicadas;

1.2. Por meio do presente Termo, o CONTROLADOR e o OPERADOR, denominados aqui conjuntamente como PARTES, firmam o entendimento de que estão alinhados e em conformidade com os requisitos do atual marco legal brasileiro em relação ao tratamento de dados pessoais criado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que definirá seus direitos e obrigações;



1.3. Ao considerar que:

- 1.3.1. O CONTROLADOR atua como responsável pelo tratamento dos dados pessoais;
- 1.3.2. O CONTROLADOR realizou contratação de serviços junto ao OPERADOR e que esse ato implica no tratamento de dados pessoais;
- 1.3.3. O OPERADOR se obriga, desde já, ao cumprimento das cláusulas constantes deste Termo, sem prejuízo das exigências adicionais e/ou complementares constantes do Termo de Referência, e seus anexos, e do respectivo Termo de Contrato, incluindo, também, as exigências do ENCARREGADO pelo tratamento de dados pessoais do CONTROLADOR, em relação à atuação para proteção de dados pessoais; e
- 1.3.4. O CONTROLADOR desde já instrui e autoriza o OPERADOR, através deste Termo, a tratar os dados pessoais da NAV Brasil e de seus respectivos empregados.

2. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

2.1. Salvo definição em contrário expressa neste Termo, os termos e expressões em maiúsculas terão o seguinte significado:

- 2.1.1. “ANPD” significa a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, autarquia federal de natureza especial, que possui atribuições relacionadas à proteção de dados pessoais e da privacidade, e realiza a fiscalização do cumprimento da legislação de proteção de dados;
- 2.1.2. “DADOS PESSOAIS DA EMPRESA” significa qualquer dado pessoal tratado pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR de acordo com ou em conexão com o Termo de Contrato;
- 2.1.3. “LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS” refere-se à LGPD e, quando aplicável, a quaisquer normas, novas ou complementares, de proteção de dados ou privacidade que estejam vigentes, incluindo regras e regulamentos existentes sobre o assunto no ambiente do CONTROLADOR;
- 2.1.4. “RIPD” significa Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, documentação que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD, bem como as medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de tais riscos;
- 2.1.5. “SERVIÇOS” refere-se aos serviços que o CONTROLADOR presta à sociedade brasileira e que serão executados pelo OPERADOR mediante contratação para uma finalidade específica;



2.1.6. “SUBOPERADOR” refere-se a qualquer pessoa designada pelo OPERADOR, ou que aja em seu nome, após ciência e autorização do CONTROLADOR, para tratar dados pessoais em conexão com este Termo;

2.1.7. “TERMO” significa este Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais e todos os seus anexos;

2.1.8. “TRANSFERÊNCIA DE DADOS” refere-se a:

2.1.8.1. Transferência de dados pessoais do CONTROLADOR para o OPERADOR; ou

2.1.8.2. Uma subsequente transferência de dados pessoais pertencentes ao CONTROLADOR e que o OPERADOR, por sua vez, transfere a um SUBOPERADOR, ou entre duas instalações do OPERADOR.

2.1.9. Os termos “DADO”, “OPERADOR”, “TITULAR DOS DADOS”, “TRATAMENTO”, “VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS” e “ENCARREGADO” terão o mesmo significado do constante na LGPD.

3. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AO TRATAMENTO DE DADOS

3.1. Para o tratamento dos dados pessoais do CONTROLADOR, o OPERADOR se compromete a:

3.1.1. Cumprir toda a legislação de proteção de dados pessoais;

3.1.2. Não tratar, transferir ou ceder, a qualquer SUBOPERADOR, os dados pessoais do CONTROLADOR, ou dos respectivos empregados do CONTROLADOR, sem que seja exigido ou autorizado pelo CONTROLADOR;

3.1.3. Apresentar um processo documentado que detalhe as medidas a serem implementadas para garantir a confiabilidade e o controle de qualquer empregado ou colaborador do OPERADOR, agente ou contratado ou SUBOPERADOR, que possa ter acesso aos dados pessoais do CONTROLADOR, sendo que este documento deverá esclarecer, no mínimo:

3.1.3.1. Como o acesso aos dados pessoais do CONTROLADOR será limitado estritamente àqueles que necessitam conhecê-los e/ou tratá-los;

3.1.3.2. Como esses indivíduos serão obrigados a cumprir deveres de confidencialidade; e

3.1.3.3. Como será garantido que o SUBOPERADOR estará sujeito a este mesmo processo de controle, inclusive, através de documentação que trate especificamente destas garantias ou documento equivalente.



3.1.4. Notificar prontamente o CONTROLADOR se receber o pedido de revogação de consentimento do titular de dados pessoais;

3.1.4.1. O pedido não deverá ser respondido até a devida manifestação do CONTROLADOR, exceto mediante instruções já documentadas por este, ou conforme exigido por Leis aplicáveis às quais o OPERADOR esteja sujeito. Neste caso, o OPERADOR, na medida permitida pelas Leis aplicáveis, informará o CONTROLADOR sobre essa exigência legal antes de responder ao pedido.

3.1.5. Auxiliar o CONTROLADOR na implementação de medidas técnicas e organizacionais adequadas para atender aos pedidos de exercício dos direitos do titular, conforme definido pelo CONTROLADOR, em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

4. MEDIDAS DE SEGURANÇA E GESTÃO DE INCIDENTES

4.1. O OPERADOR implementará medidas técnicas e organizacionais apropriadas, visando garantir o nível de segurança adequado ao tratamento de riscos inerentes ao controle dos dados pessoais dos titulares, incluindo as medidas referidas no Capítulo VII da LGPD;

4.1.1. Na avaliação do nível apropriado de segurança, o OPERADOR levará em consideração os riscos apresentados e, em particular, os riscos de uma VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS;

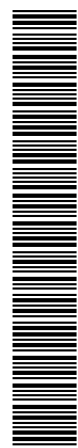
4.2. O OPERADOR deverá, após tomar conhecimento de uma violação de dados pessoais que estejam sob a sua tutela, notificar o CONTROLADOR com a maior brevidade possível sobre esta ocorrência, fornecendo ao CONTROLADOR as informações necessárias para permitir que este atenda a qualquer obrigação de notificar ou informar aos titulares dos dados ou à ANPD;

4.3. O OPERADOR cooperará com o CONTROLADOR e adotará medidas para auxiliar na investigação, mitigação e remediação de cada violação de dados pessoais;

4.4. Em conformidade com a LGPD, o OPERADOR compromete-se a auxiliar o CONTROLADOR na elaboração de RIPD quando solicitado, incluindo o fornecimento de descrições detalhadas dos tipos de dados coletados, a metodologia de coleta e as medidas adotadas para garantir a segurança das informações;

4.5. O OPERADOR ajudará o CONTROLADOR nas consultas prévias à ANPD ou outras autoridades competentes relacionadas ao tratamento de dados pessoais conduzido sob este Termo;

4.6. O OPERADOR, sem a autorização expressa e formal do CONTROLADOR, não poderá transferir ou autorizar a transferência de dados;



4.6.1. Se os dados pessoais tratados sob este Termo forem transferidos, as PARTES garantirão que os dados pessoais sejam adequadamente protegidos.

4.7. No que diz respeito à exclusão ou devolução dos dados pessoais do CONTROLADOR, o OPERADOR deverá excluir e garantir a exclusão de todas as cópias dos referidos dados pessoais e, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de solicitação da exclusão, cessará qualquer serviço que envolva o tratamento destes dados pessoais;

4.7.1. Durante o prazo citado acima, o OPERADOR não está autorizado a realizar qualquer tratamento adicional dos dados pessoais do CONTROLADOR, garantindo sua completa exclusão e impedindo qualquer uso subsequente.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O OPERADOR deve disponibilizar ao CONTROLADOR, a pedido, todas as informações necessárias para demonstrar a conformidade com este Termo e permitir auditorias, incluindo inspeções, pelo CONTROLADOR, ou por um auditor nomeado por este, em relação ao tratamento dos dados pessoais do CONTROLADOR pelo OPERADOR, no âmbito do Termo de Contrato;

5.1.1. Os direitos de informação e auditoria do CONTROLADOR, conforme estabelecidos no item 5.1, surgem somente mediante solicitação do CONTROLADOR e estão restritos aos requisitos relevantes da legislação de proteção de dados e ao escopo do presente Termo;

5.2. Sobre a confidencialidade e avisos relativos a este Termo:

5.2.1. Confidencialidade: as PARTES deverão manter este Termo e as informações que receberem sobre a outra Parte e seus negócios em confidencialidade, exceto nas seguintes hipóteses:

5.2.1.1. A divulgação seja exigida por lei; e

5.2.1.2. A informação relevante já esteja em domínio público.

5.2.2. Avisos: todos os avisos e comunicações dadas sobre este Termo devem ser feitos por escrito e serão entregues pessoalmente, enviados por e-mail ou por correio para os endereços indicados no início deste Termo, ou para qualquer outro endereço que as PARTES venham a indicar por comunicação escrita.

5.3. Este Termo é regido pela legislação de proteção de dados, conforme descrito no item 2.1.3;

5.4. Para qualquer conflito surgido entre este Termo e Termo de Contrato, prevalece o previsto no Termo de Contrato;





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

5.5. Casos omissos poderão ser tratados com o CONTROLADOR na assinatura do Termo de Contrato e/ou em reuniões periódicas, conforme modelo de governança definido entre as PARTES; e

5.6. Para qualquer disputa surgida em conexão com este Termo em que as PARTES não possam resolver amigavelmente, será submetida ao foro eleito no Termo de Contrato firmado; e

5.7. Assim, por estarem as PARTES justas e acordadas, lavram e assinam o presente Termo para um só efeito, o qual após de lido e achado conforme perante duas testemunhas a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Rio de Janeiro, *data vide assinatura eletrônica*

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO
CPF nº [NÚMERO]
Presidente da NAV BRASIL

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Diretor de [INDICAR] da NAV BRASIL

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

[NOME COMPLETO]
CPF nº [NÚMERO]
Testemunha pela NAV BRASIL





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

[NOME COMPLETO]

CPF nº [NÚMERO]

Testemunha pela [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]



SDDPO202600526



Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

ANEXO VI – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/[NÚMERO] – Termo de Contrato nº [NÚMERO]

Pelo presente instrumento, a empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [NÚMERO], com sede à [ENDEREÇO], doravante denominada LICITANTE/CONTRATADA, representada por [NOME COMPLETO], [QUALIFICAÇÃO E FUNÇÃO NA EMPRESA] inscrito(a) no CPF sob o nº [NÚMERO], tem por compromisso manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., situada na Av. General Justo, 160, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.021-130, doravante denominada NAV Brasil, nas formas a seguir convencionadas:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, ‘Know-How’, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, ‘marketing’, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2. Toda Propriedade de Informação que for divulgada oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de confidencialidade se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A LICITANTE/CONTRATADA se compromete perante a NAV Brasil a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação:

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela NAV Brasil à LICITANTE/CONTRATADA, será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 A LICITANTE/CONTRATADA tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.



2.1.3 Na eventualidade da LICITANTE/CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao presente processo de contratação, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da NAV Brasil, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente termo de confidencialidade, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do objeto desta contratação.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução do objeto desta contratação, sem a prévia autorização, por escrito, da NAV Brasil.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA, a qual utilizará do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância, em observância ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela NAV Brasil, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida à NAV Brasil, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente informado à NAV Brasil.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a LICITANTE/CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à NAV Brasil, a qual tomará as providências cabíveis.

3.5 A LICITANTE/CONTRATADA declara conhecimento sobre as medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem:

4.1.1 Informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que chegarem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da LICITANTE/CONTRATADA;

4.1.2 Informações cuja divulgação tenha sido previamente autorizada, por escrito, pela NAV Brasil;

4.1.3 Informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a LICITANTE/CONTRATADA a comunicar à NAV Brasil no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da feitura ou recebimento do pedido;

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração estabelecido para a consecução do objeto desta contratação, assinado entre as partes.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo não liberará a LICITANTE/CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida.

8.3 A LICITANTE/CONTRATADA, a partir da apresentação da proposta, passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação não ensejará quaisquer direitos de patentes, autorais, de marca registrada ou plano de negócios, invenções, projetos, descobertas ou quaisquer outras questões de que trate a Propriedade de Informação, ora cedida.

9.2 A execução, existência e desempenho do presente termo de confidencialidade deve ser mantido em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da NAV Brasil.

9.3 O presente termo representa o completo entendimento e confidencialidade das partes, substituindo qualquer negócio, confidencialidade, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

10. DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

[LOCAL], [DIA] de [MÊS] de 202[X].

Assinatura do representante legal da LICITANTE/CONTRATADA





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇO (PRÊMIO)

Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/[NÚMERO] (Licitação)

À NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (Administração Central)
Av. General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DO PRÊMIO (US\$)
1	Apólice de seguro de responsabilidade civil aeronáutico perante terceiros destinada à cobertura dos riscos inerentes à prestação de serviços de navegação aérea desenvolvidos pela NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.	uma	1	

- I) O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.
- II) O prazo de vigência será de acordo com o estipulado no Termo de Referência e/ou Minuta de Termo de Contrato.
- III) Declaro que esta empresa está de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceita todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- IV) Declaro que esta empresa está ciente das condições e peculiaridades inerentes à execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/2026, bem como assume total responsabilidade por este fato e que não alegará desconhecimento deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com esse órgão.
- V) Declaro que nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, imposto, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- VI) Declaro que a proposta apresentada é firme e vinculante, não estando sujeita a posterior revisão em razão de ausência de capacidade de resseguro.

[LOCAL], XX de XXXX de 2026.

Assinatura do representante legal da LICITANTE





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ESTRUTURAÇÃO SECURITÁRIA EM REGIME DE COSSEGURO

DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ESTRUTURAÇÃO SECURITÁRIA EM REGIME DE COSSEGURO

Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/[NÚMERO] (Licitação)

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [NÚMERO], com sede à [ENDEREÇO], doravante denominada SEGURADORA LÍDER, declara, para os devidos fins, que, caso seja vencedora do certame, pretende estruturar a cobertura securitária objeto do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO] em regime de cosseguo, conforme disposto no Termo de Referência e no Edital.

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES

SEGURADORA	CNPJ	PARTICIPAÇÃO (%)
[Razão Social da Seguradora Líder]		
[Razão Social da Cosseguradora 1]		
[Razão Social da Cosseguradora 2]		
[Razão Social da Cosseguradora 3]		
[Razão Social da Cosseguradora (...)]		

2. INDICAÇÃO DA SEGURADORA LÍDER

Fica desde já indicada como SEGURADORA LÍDER a sociedade [RAZÃO SOCIAL], que será responsável, pela interlocução institucional junto à NAV Brasil, gestão da apólice, coordenação da regulação de sinistros e pelo cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da responsabilidade individual das cosseguradoras pelas respectivas parcelas do risco assumido.

3. COMPROMISSO DE FORMALIZAÇÃO

As signatárias declaram que, na hipótese de adjudicação do objeto, o arranjo de cosseguo será formalizado previamente à assinatura do Contrato, mediante apresentação de declaração formal subscrita por todas as participantes, contendo as condições definitivas do cosseguo, em conformidade com o Termo de Referência, o Edital e a proposta vencedora da licitação.





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

4. ADERÊNCIA À PROPOSTA APRESENTADA

As signatárias declaram que o arranjo de cosseguro ora indicado está aderente às condições essenciais da proposta e compatível com a capacidade de subscrição apresentada, não implicando qualquer limitação, restrição ou descaracterização da cobertura exigida, bem como observará integralmente o Limite Máximo de Indenização (LMI), a estrutura de cobertura e os riscos e responsabilidades definidos no Termo de Referência.

5. DECLARAÇÃO FINAL

As sociedades seguradoras abaixo identificadas declaram ciência e concordância com os termos desta declaração, comprometendo-se a observar, no que lhes couber, as condições do Edital e do Termo de Referência.

[LOCAL], XX de XXXX de 2026

Assinatura do representante legal da SEGURADORA LÍDER

Assinatura do representante legal da COSSEGURADORA 1

Assinatura do representante legal da COSSEGURADORA 2

Assinatura do representante legal da COSSEGURADORA 2

Assinatura do representante legal da COSSEGURADORA 3

Assinatura do representante legal da COSSEGURADORA (...)





ANEXO IX – MATRIZ DE RISCOS

ANÁLISE DE RISCOS									
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO		TRATAMENTO		
Id	FASE	ORIGEM	RISCO	DANO	PROBABILIDADE (P)	IMPACTO (I)	NÍVEL DO RISCO (P x I)	AÇÕES DE MITIGAÇÃO	RESPONSABILIDADE
R6	Gestão Contratual	Externa	Existência de exclusões ou limitações contratuais incompatíveis com as atividades da NAV Brasil	Redução da efetividade da cobertura securitária	Baixa 2	Muito Alto 5	10	Revisão das condições da apólice, análise jurídica das exclusões e sublimites	Contratada
R7	Gestão Contratual	Externa	Falhas na comunicação tempestiva de eventos potencialmente cobertos pela apólice	Perda de prazo para notificação e risco de negativa de cobertura	Baixa 2	Alto 4	8	Definição de fluxo institucional para comunicação de ocorrências e acompanhamento de sinistros	Contratante
R8	Gestão Contratual	Externa	Dificuldade na regulação de sinistros de elevada materialidade	Atraso na liquidação do sinistro e aumento da exposição financeira da NAV Brasil	Baixa 2	Muito Alto 5	10	Articulação entre áreas operacional, jurídica e administrativa; acompanhamento da regulação do sinistro	Contratante e Contratada
R9	Gestão Contratual	Interna	Falha na governança e fiscalização do contrato de seguro	Fragilidade no acompanhamento da apólice e na gestão de sinistros	Baixa 2	Alto 4	8	Designação formal de comissão de gestão e fiscalização do contrato e definição de rotinas de acompanhamento	Contratante
R10	Gestão Contratual	Externa	Oscilações no mercado ressegurador internacional	Aumento relevante do prêmio ou redução da capacidade de cobertura	Média 3	Alto 4	12	Estruturação da apólice com apoio de resseguro e acompanhamento das condições de mercado	Contratante e Contratada
R11	Gestão Contratual	Externa	Evento catastrófico de grande magnitude, superior à cobertura contratada	Elevada exposição financeira e institucional da NAV Brasil	Muito Baixa 1	Muito Alto 5	5	Manutenção de cobertura securitária adequada e monitoramento do nível de exposição ao risco	Contratante





Termo de Referência nº 001-B/DAFC/2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

Os pesos da possibilidade de ocorrência de um evento, probabilidade, e do efeito resultante desse evento, impacto, foram graduados de acordo com as tabelas a seguir:

Escala de Probabilidade	
Peso	Probabilidade
1	Muito Baixa
2	Baixa
3	Média
4	Alta
5	Muito Alta

Escala de Impacto	
Peso	Impacto
1	Muito Baixo
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Muito Alto





Termo de Referência nº 001-B/DAFC /2026 – Processo Administrativo nº SD-ADM-2026/00204 (Planejamento)

A Matriz de Riscos adotada pela NAV Brasil classifica os resultados da combinação das escalas de probabilidade e impacto, conforme quadro a seguir:

MATRIZ DE RISCOS						
IMPACTO	Muito alto	5	10	15	20	25
	Alto	4	8	12	16	20
	Médio	3	6	9	12	15
	Baixo	2	4	6	8	10
	Muito baixo	1	2	3	4	5
PROBABILIDADE						
		Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto

Nível de Risco (Probabilidade x Impacto)	
1 a 3	Risco Pequeno
4 a 6	Risco Moderado
8 a 12	Risco Alto
15 a 25	Risco Crítico

